

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

ENTRE O SENTIDO E O SEM-SENTIDO:

a posição de escuta em psicanálise

LIA AGUIRRE SILVEIRA DA ROSA

PORTO ALEGRE

2019

LIA AGUIRRE SILVEIRA DA ROSA

ENTRE O SENTIDO E O SEM-SENTIDO:

a posição de escuta em psicanálise

Trabalho apresentado como requisito parcial
para a conclusão do Curso de Graduação em
Psicologia pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul

Orientadora: Prof^a Dr^a Simone Zanon Moschen

PORTO ALEGRE

2019

Agradecimentos

Escrever um trabalho de conclusão de curso implica olhar para os anos que passaram, cujo transcorrer o TCC assinala, ainda que o fim de uma graduação seja mais uma pausa que um ponto final. Dessa forma, meus agradecimentos abarcam diversas pessoas que marcaram este percurso e que, de uma maneira ou outra, estão presentes neste trabalho.

À minha orientadora, Simone Moschen, por ter dado condições para que este trabalho, e tantos outros, possam acontecer. Por ter me acompanhado durante o percurso de formação, sempre com delicadeza, alegria e palavras ao mesmo tempo certas e cuidadosas. Suas orientações foram marcantes para a constituição da minha formação e espero que os efeitos desses anos sigam ressoando por muito mais tempo.

A Diogo, por me fazer rir todos os dias, por estar a meu lado nos dias ensolarados e nos chuvosos. Por pensar junto, trocar hipóteses e ler o que escrevo com cuidado, dando sugestões e fazendo apontamentos. Por ser um companheiro tanto na vida cotidiana quanto nas dificuldades da escrita e da clínica.

Ao grupo de pesquisa, que se modificou muitas vezes ao passar dos anos, mas cujos trabalhos pude acompanhar: Tatianne, Ana Paula, Thiago, Patrícia, Luis Adriano, Janniny, Anna Letícia, Camila, Luiz Henrique, Pedro, Sthefan, Luísa, Vinícius, a todos vocês que se propuseram a pensar junto, se dispondo a trocar a partir de seus percursos singulares.

A Manoel, que sempre articulou a teoria à clínica em suas aulas, transmitindo um pouco dessa prática que pode ser muito solitária.

À equipe da FADEM, que transmite alegria nas pequenas coisas.

Aos técnicos e supervisores da Clínica da UFRGS, que acompanharam minhas incursões na clínica e me ajudaram a dar sustentação para elas.

Aos colegas da Clínica da UFRGS, sempre dispostos a acolher um relato pós-atendimento e a trocar hipóteses e incertezas. O laço de trabalho entre pares foi um espaço de acolhimento muito importante para que eu conseguisse seguir pensando na clínica e apostando no trabalho.

A Tatianne, Helena, Ana Paula e Karla, pelas trocas disparadas pela leitura da Ferrante e que não cessaram aí. Pelas conversas e discussões sempre instigantes e pela companhia nos pensamentos mais titubeantes.

A Victor, Bruno e Felipe de *Bastiani*, pela amizade nesses anos de graduação, dentro e fora da faculdade. Pelas conversas, piadas e risos dos nossos encontros.

A Victória e Felipe, por serem, depois de tanto tempo, pessoas com quem eu sei que posso contar.

À minha família, pelo suporte durante todos esses anos, por lerem o que escrevo e discutirem o texto mesmo sem conhecer os conceitos.

E, por último, um agradecimento que não é a uma pessoa, mas à oportunidade de fazer parte de uma universidade pública, que possibilita a abertura do pensamento e fomenta a construção de conhecimento.

Marcela esteve nas neves do Norte. Em Oslo, uma noite, conheceu uma mulher que canta e conta. Entre canção e canção, essa mulher conta boas histórias, e as conta espiando papeizinhos, como quem lê a sorte de soslaio.

Essa mulher de Oslo veste uma saia imensa, toda cheia de bolsinhos. Dos bolsos vai tirando papeizinhos, um por um, e em cada papelzinho há uma boa história para ser contada, uma história de fundação e fundamento, e em cada história há gente que quer tornar a viver por arte de bruxaria. E assim ela vai ressuscitando os esquecidos e os mortos; e das profundidades desta saia vão brotando as andanças e os amores do bicho humano, que vai vivendo, que dizendo vai. (Galeano, 1991, p. 17)

RESUMO

Este trabalho aborda a relação entre ética, saber e sentido, e suas implicações na posição de escuta analítica a partir de um caso clínico. Propomos que um denominador comum da prática analítica, seja na neurose, seja na psicose delirante, ou em casos que fogem a estas duas estruturas, é o descolamento entre verdade e saber. Este descolamento permite - e requer - acolher o sem-sentido como portador de uma verdade, operação realizada por Freud na escuta de atos falhos, esquecimentos, sonhos e chistes; e retomada por Lacan no campo das psicoses, a partir da escuta daquilo que organiza um discurso, nas suas manifestações de linguagem, como neologismos e ritornelos. Buscamos colocar uma pergunta sobre o que pode orientar a escuta em um caso em que o sujeito raramente fala em nome próprio. Propomos que as operações de suposição de sujeito e de suposição de sentido podem atuar como balizas nesses casos, possibilitando a produção de um sentido articulada a um discurso repleto de “sem-sentido”. Esta produção situa-se entre o sentido e o sem-sentido, entre o saber e a verdade, de forma que uma posição ativa de não-saber estabeleça condições de possibilidade para a construção de uma história a partir de um fundo de ausência. Essa operação possibilitou construir uma interpretação possível para alguns impasses clínicos, de forma que a retomada de elementos do caso constitua uma rede significante onde um ato pode ser inscrito e escutado.

Palavras-chave: Construção de caso. Escuta. Psicanálise. Verdade. Ética.

Sumário

Prólogo	7
Buscando pistas	11
Vestígios e ausências: como opera o registro?	15
Alô? Quem fala?	19
Ética e direção do tratamento na psicanálise	26
Suposição de sujeito: entre o sentido e o sem-sentido	36
O olho	42
Pagamento	45
Titia apagou a luz	47
Pra ti agora Danillo não tem	48
Bateu	55
Medo e devoração	58
Perta a mão	64
Epílogo	71
Referências	73

1

Antes de começar, preciso lhe contar uma história.

Eu poderia ter escolhido outros temas para trabalhar. Poderia ter escolhido outros casos, outras questões. Mas decidi escrever sobre um caso que me afetou bastante e, para falar sobre ele, preciso, antes, falar sobre um dos motivos pelos quais ele me afetou.

Tinha pensado, em primeiro lugar, em abordar apenas conceitos. Os conceitos, escritos por outros, citados, repetidos, poderiam ser usados de forma quase impessoal. Se partisse deles, estaria tranquila: falaria de assuntos estudados por outras pessoas, em outros tempos e lugares. Seria menos comprometedor.

Mas, sinceramente, parto de um embaraço. Parto de uma cena em que não estou em uma boa posição. É possível dizer que parto de um fracasso. Parto de algo que não deu certo. Não existe uma forma ideal que transforme totalmente o seu conteúdo, e não falar sobre esse embaraço seria deixar de fora uma parte importante da narrativa. Mas, para abordá-lo, preciso de companhia. Gostaria de fazer um convite.

Convido você, leitor ou leitora, a investigar esse embaraço comigo. Se for desagradável, se você achar desnecessário ou, simplesmente, não estiver com vontade, tudo bem. Você pode parar a leitura. Mas, se você estiver disposto ou disposta, agradeço a companhia e te peço que me acompanhe até o final. Porque não sei onde vamos chegar. Espero que em um lugar diferente.

2

A cena.

Em um dia de inverno, acordo, coloco o blusão mais quente que tenho e vou atender. O primeiro paciente da manhã não vinha há tempos. Chega acompanhado da mãe, como sempre. É um homem adulto que, apesar da idade, não possui autonomia, está sempre aos cuidados de alguém. A mãe me entrega dois pareceres do colégio. Entro na sala. Pergunto ao paciente se gostaria que eu os lesse. “Pode ler”. Leio o primeiro. Ele fica em silêncio escutando e por vezes murmura algo inaudível. Termino a leitura e pergunto se ele quer que eu leia o segundo parecer. “Eu qué”. Estou na metade do primeiro parágrafo. “Não quero”. Ele faz um gesto de se levantar da cadeira. Paro a leitura. Digo que então não vamos mais ler. Largo o parecer em cima da mesa ao nosso lado. Digo mais alguma coisa. No instante seguinte, ele segura, sacode, aperta as minhas mãos e os meus braços. Levanto da cadeira. Ele me empurra, sem me soltar, para a parede mais próxima, ao lado da porta. Sinto dor. Peço ajuda. A mãe tenta abrir a porta. Está trancada. Consigo liberar o braço esquerdo. Puxo o trinco. Ela entra e se coloca entre nós. Saio da sala.

3

Esta é a cena que precisava lhe contar, que leva ao momento das perguntas.

O que estava escrito nos pareceres? O que você falou? Ele estava bravo? Para que ler os papéis? O que posso lhe dizer agora é que raiva não parece um afeto adequado para descrever sua reação. O corpo lento e calmo, por vezes rígido, transformou-se em segundos em uma agitação frenética, na qual me segurar era também me machucar. Intencionalmente? Acho que não. Seu rosto transmitia um desconforto muito grande e uma sofreguidão. Diferente de qualquer outra expressão já esboçada por ele nos atendimentos. Poderia dizer que era outra pessoa.

Mais tarde, com a ajuda de um raio-X, descobri que, no apertar, empurrar, sacudir, um dedo da minha mão direita havia se quebrado. Foi uma fratura oblíqua e duas semanas depois fiz uma cirurgia para deixar os ossos no lugar. Passei meses fazendo fisioterapia. Um ano mais tarde, tenho uma cicatriz e um dedo um pouco mais rígido que antes.

Não atendi mais o paciente. Conversei com a mãe algumas vezes e falei com ele na passagem do caso, quando apresentei o novo terapeuta. Foi uma conversa breve, no corredor,

cerca de seis meses após o episódio. Na semana imediatamente seguinte à cena de agressão, a mãe me contou que ele repetia “machucou a mão”. Esse é o indício de registro que temos, da parte dele, do que aconteceu.

4

Em terra de esqueleto, toda fratura é exposta.

Em uma rápida pesquisa no *Google*, essa frase pode ser remetida ao Blog do Juanito, tópico: frases engraçadas. Escutei de um amigo, em uma noite de quarta-feira. Saíamos exaustos de um longo dia de atendimentos. Tínhamos escutado em média dez pessoas, em dois turnos, que contabilizavam juntos sete horas e meia. Parecia uma frase apropriada. Não entendi muito bem seu sentido. Ainda hoje, não sei se entendo. Mas parecia, e ainda parece, adequada para o momento.

A frase exata do Blog do Juanito substitui “toda” por “qualquer”. Em terra de esqueleto, qualquer fratura é exposta. Meu amigo, por motivos indeterminados e possivelmente acidentais, reproduz a expressão utilizando “toda fratura”. Talvez não lhe soe tão diferente. Para mim, essa substituição fez uma diferença enorme. A piada, apesar de esquisita, trouxe um alívio. Era como se ele dissesse: toda fratura, de todos nós que temos fraturas, nessa terra de esqueletos que habitamos, é exposta. E nós ríamos. Não apenas eu e ele, mas um grupo de terapeutas, recém saídos do trabalho clínico, cansados e prontos para uma cerveja, ríamos.

Será que estávamos em uma terra de esqueletos? Será que tínhamos machucados expostos? Minha fratura estava coberta por pele e gesso. A que exposição a piada remetia, fazendo um grupo de terapeutas rir?

5

O que se faz com um dedo quebrado?

Existem algumas respostas possíveis. Se você for médico, provavelmente recomendará a estabilização da fratura. Mas, feito isso, a pergunta segue. Você me olha consternado e tenta explicar que o problema já foi resolvido. Desisto. Não é a um médico que devo perguntar.

Talvez eu precise formular uma pergunta mais acurada. O que se faz com os efeitos de um dedo quebrado? Não estou falando dos banhos com uma sacola de plástico no braço,

aprender a comer com a mão esquerda, abrir e fechar o guarda-chuva usando as pernas como suporte. Antes desse acidente, já tinha quebrado um braço, já tinha operado o joelho - duas vezes -, sabia das agruras de se recuperar de uma fratura. Mas essa, em especial, foi acompanhada de uma sensação de impotência que excede a incapacidade de anotar palavras em um papel. Minha pergunta exige um complemento, tornado possível, em parte, pela piada e pelo riso de um grupo de terapeutas: o que se faz com os efeitos de um dedo quebrado por um paciente? O que se faz com um acidente clínico?

Buscando pistas

Início um trabalho de investigação. Olhando a ficha do paciente, com registros de terapeutas anteriores, tenho vontade de conversar com eles. O caso tinha sido passado para mim com a seguinte transmissão “O paciente fala muito pouco. Era um atendimento difícil. Quando fala, repete a última palavra dita pelo interlocutor, em uma ecolalia. Existem relatos de agressividade na escola, mas ele só fez algo agressivo quando falei que não iria mais atendê-lo: segurou meus braços com mais força”. Apesar disso, durante o período de um ano que passei com o paciente, que chamarei de Danillo¹, ele falava. Foi uma construção gradual, com variações de volume, mas desde o primeiro dia ele falou alguma coisa, algo de uma ordem diferente de uma ecolalia. Retomando a ficha, fico com vontade de perguntar como foram os outros atendimentos.

Os terapeutas escreveram sobre atividades realizadas durante a sessão: quebra-cabeças, pintura, desenho... Quero perguntar o que eles entendiam que estava acontecendo ali. O paciente falava ou se expressava de alguma outra forma? Além disso, tenho um incentivo a mais para a investigação: os registros de pelo menos dois atendimentos se perderam. Os dois primeiros.

Quando se chega à instituição, é preciso preencher uma ficha com dados como nome, data de nascimento e endereço. Depois, os terapeutas se ocupam de preencher o restante, que consiste principalmente em evoluções do tratamento. Tanto a ficha com os dados do paciente, quanto os primeiros registros do tratamento, haviam se perdido. Havia um quadrado de papel grampeado em uma segunda ficha, preenchida por uma terapeuta, o qual assinalava essa ausência e os nomes dos terapeutas dos anos faltantes. O período ausente, segundo a anotação, é de sete anos, mas, após conversar com alguns dos terapeutas anteriores, acredito que o atendimento começou em 2000 ou 2001, com um lapso até 2005, quando foi preenchida a segunda ficha.

Nesta ficha, a grafia do nome difere daquela na parte externa do envelope. Ao longo dos anos, o nome do paciente foi escrito de diversas formas por seus terapeutas. O próprio paciente, durante as sessões, escrevia seu nome, de forma incompleta, mas reproduzindo a repetição de uma letra que constava no nome do lado de fora do envelope e que, por conversas com a mãe, venho a descobrir ser a grafia verdadeira. Mas só percebi que a grafia

¹ Todos os nomes que constam neste trabalho foram alterados para preservar o sigilo do paciente.

mudava ao longo dos anos e dos terapeutas quando decidi me debruçar sobre os registros e ir atrás dos contatos de quem o atendeu.

Conversei com oito pessoas. Ao todo, considerando o meu atendimento e o seguinte, o paciente passou por doze terapeutas. A primeira pessoa com quem conversei foi o terapeuta que me passou o caso, quando eu ainda não conhecia o paciente. As outras encontrei depois que já havia deixado de atendê-lo, quando decidi buscar a história de seu atendimento na instituição. Na cronologia dos contatos, que difere da dos atendimentos:

2. Não lembra do paciente. De seu atendimento, restou a segunda ficha preenchida, a qual inaugura o registro existente e onde consta, apenas, o nome da terapeuta (sem registros do tempo de atendimento ou da evolução do tratamento).

3. Lembra do paciente. Era um atendimento angustiante. A mais falante da sala era a terapeuta, buscando constituir um sentido para as ações e falas do paciente. Ele caminhava bastante de um lado para o outro, era algo mais motor. De vez em quando, dizia uma frase da mãe. Não lembra do conteúdo das frases. O paciente desenhava em um quadro, mas seus desenhos eram apagados ao fim da sessão. Não ficava registro. Uma vez, ele ficou muito brabo e segurou suas mãos. Ela passou a ter um pouco de medo do paciente, ele era grande. Interpreta a agressão como resposta à sua resistência a esse atendimento. Tentava falar pouco com a mãe pois a considerava invasiva. Fica surpresa com a continuidade do atendimento depois de tantos anos. Comenta ter a sensação de ser uma história fragmentada: nos encontramos para que falasse sobre essa história, mas, no momento em que conversávamos, parecia não ter muito o que contar.

4. Lembra do paciente. Ele resmungava ou falava palavras soltas, como “passarinho”. Por vezes, conversando com a mãe ao final da sessão, conseguia inserir essas palavras em um contexto. Faziam pintura, desenho, quebra-cabeças. Com a massinha de modelar, ele fazia algo como esmagar, sem constituir formas. A terapeuta constituiu uma transferência com a mãe. Quando conversavam, a mãe falava de sua própria história e do que fazia em relação ao filho no cotidiano. Não falava sobre a história do paciente. A terapeuta foi até a escola buscando respostas, mas não havia registros de sua história escolar. Nessa época, o paciente havia agredido algumas professoras no colégio. A terapeuta formulou a hipótese de que as agressões eram conduzidas pela mãe, pois as professoras em questão haviam-na contrariado. Uma vez o paciente empurrou a terapeuta e a mãe interveio. Sentia que podia ir com ele até um certo ponto delimitado pela mãe. Faltavam bastante às sessões. Os pagamentos atrasavam ou eram feitos pela metade. A mãe dizia que talvez não fosse mais trazê-lo. Era um

atendimento frustrante. Fica surpresa com a continuidade. Tem a sensação de ser uma história truncada. A mãe percebeu que tinha algo errado com o Danillo quando ele ficou muito tempo olhando para objetos que giram (ventilador, liquidificador). Não falava sobre diagnóstico e não fazia nenhuma hipótese relativa aos motivos para o filho ser como é.

5. Lembra do paciente. Nos encontramos em uma clínica de neurodiagnóstico. Ele diz que o paciente não tinha capacidade de comunicação, que falava, falava, falava, mas não respondia perguntas, suas falas não tinham contexto ou sentido. Desenhava em um quadro também. Hoje em dia, o terapeuta focaria na aprendizagem. Buscaria adaptá-lo ao ambiente a partir da aprendizagem. No caso de um comportamento disfuncional, ele me orienta a fazer um levantamento dos estímulos que ativam determinado comportamento, para, então, remover esses estímulos. Fala a favor da integração entre diferentes abordagens e que, em um caso como o deste paciente, um tratamento focado na aprendizagem seria melhor. Não foi o que fez na época do atendimento. Nessa época, ficava lá escutando as coisas sem sentido que, segundo ele, o paciente dizia.

6. Lembra do paciente. Trocamos e-mails. Ficou pouco tempo com o caso. O paciente chegava na sala e ia direto para um computador, onde fazia linhas. As linhas se transformavam em quadrados, ele unia suas pontas e coloria seu interior. Formava uma figura semelhante à bandeira do Brasil. Coloria e verbalizava as cores conforme ia preenchendo. VER-DE, A-MA-RE-LO, A-ZUL, marcando bem as sílabas. As cores eram os significantes que mais apareciam. Ele arrotava nas sessões, emitia muitas vezes esses sons. Após o atendimento, ao chegar na sala de espera e encontrar a mãe, ficava em posição de estátua. Alguns deslocamentos, pequenos, estavam aparecendo, tanto na fala quanto nas atividades nas sessões. Estava iniciando um trabalho com papel e tinta quando teve que encaminhar o paciente para outro terapeuta. Havia mais troca de olhar também. Era um caso de hipótese diagnóstica de autismo.

7. Lembra do paciente, mas não foi sua terapeuta. Acompanhou o caso quando ele chegou na instituição e escutou a mãe. Encontrei-a por acaso, buscando contatos de terapeutas antigos de Danillo. Ela conta que, quando bebê, Danillo teve um glaucoma. Essa falha orgânica no olho é o que marca o início de sua história. Sua mãe passava noites ajustando o despertador, na vigília de um olho. Precisava administrar-lhe remédios e colírios. Sua narrativa dos primeiros anos de vida do filho descrevia uma mãe olhando um olho orgânico. Segundo a terapeuta, a mãe dizia que “Tudo começou no olho”. Na busca de sentidos para além do orgânico, a terapeuta lhe pede por músicas ou histórias que tenha contado para o

filho. A mãe responde que quando cantou uma música ele já era grande. As estrofes transmitidas para mim pela terapeuta são “E os meus olhos ficam sorrindo, e pelas ruas vão te seguindo...”. Quanto a histórias, a mãe refere o Pequeno Príncipe. Antes do nascimento, não imaginava nada sobre o filho. O parto era descrito de forma brutal, com muito sangue. A mãe dizia que ele demorou alguns meses para sorrir, mas sabia que o sorriso era reflexo e que os bebês nascem cegos. Durante a novela, o filho ficava entre ela e a TV, imitando a abertura, que mostrava uma imagem espelhada. A terapeuta conta que a mãe encontrou um lugar na instituição em que o filho estava sendo atendido, pois já tinha passado por vários serviços, e ali, as pessoas realmente queriam saber o que acontecia. Trabalhavam com a hipótese diagnóstica de autismo. Durante a conversa, me surpreendo com os detalhes preservados pela memória da terapeuta. Ela me responde: esse caso me consumiu.

8. Lembra do paciente. Este foi o primeiro terapeuta de Danillo. Não lembra quem fez as Entrevistas Iniciais do paciente, ou como o caso foi passado para ele (a terapeuta nº 7 conta que o terapeuta nº 8 fez as Entrevistas Iniciais, iria passar o caso para ela, mas, devido à vinculação do paciente ao terapeuta inicial, voltaram atrás e ela passou a atender a mãe). Danillo era sempre trazido pela mãe. Os dois nunca faltavam. A mãe não trabalhava, a causa de sua vida era o filho (a terapeuta nº 7 recorda que a mãe trabalhava, tinha uma lojinha de 1,99). Era um autismo clássico, o paciente vivia em um mundo muito particular. Não falava quase nada, além da interjeição “né”. Ele diz que, como o tratamento não podia ser desenvolvido por intermédio do discurso, fazia atividades lúdicas, sempre tentando tirá-lo do universo restrito que era o seu. Buscava uma interação, um olhar. Às vezes, atendia no pátio, ou na rua. Para ele, o paciente era incapaz de trocar, algo que um golden retriever, com uma bolinha, era capaz de fazer. Constituiu-se uma relação transferencial de Danillo com o terapeuta. Um dia, quando foi atender outro paciente logo após o fim da sessão, Danillo teve uma crise de choro que demandou o adiamento da sessão seguinte. Era um caso que demandava do terapeuta injetar sentido o tempo todo. A mãe e o paciente eram quase uma unidade. O pai compareceu apenas uma vez, quando falou que o filho era como um carro de fórmula 1 em preparação: a qualquer momento iria deslanchar. Pergunto se o paciente falava na época. O terapeuta responde que não, que se lembra apenas do “né” e que, no quadro todo, mesmo que o paciente falasse, seria apenas uma repetição de sons, não faria diferença. Comento frases que o paciente falou durante o meu atendimento com ele. O terapeuta diz que acha que ele falava algo parecido, mas que são fragmentos de discurso aos quais o paciente não consegue atribuir um sentido, grava como uma inscrição na pedra. Era um atendimento

frustrante, que demandava do terapeuta lidar com a própria frustração de não ver movimentos nesse espaço e também demandava um olhar para a mínima diferença como forma de lidar com a frustração. O paciente estava em uma posição que questiona o nosso próprio saber como terapeutas. Surpreende-se com a continuidade do atendimento, com a perda do registro inicial e com o número de terapeutas que já o atenderam. Atribui o número de terapeutas à dificuldade de lidar com o caso. Não lembra da história do olho, contada pela terapeuta nº 7, que escutou a mãe concomitantemente ao atendimento do terapeuta nº 8.

Vestígios e ausências: como opera o registro?

Repete-se nos relatos dos terapeutas de Danillo a dificuldade de inscrição de um registro, seja de seu nome, seja dos conteúdos das sessões ou de sua história. O primeiro terapeuta me diz que era um atendimento difícil e que a fala do paciente era ecológica. A segunda não se lembrava do caso e não escreveu nenhum registro da evolução do tratamento na ficha. Outra refere as frases ditas pelo paciente como “frases da mãe”, das quais não se lembra do conteúdo. Esta terapeuta também nota que os desenhos de Danillo eram apagados ao fim da sessão, impossibilitando um registro, e comenta ter a sensação de ser uma história fragmentada. A quarta terapeuta recorda-se de palavras soltas ditas pelo paciente e afirma ter constituído uma transferência importante com a mãe que, apesar disso, não falava sobre a história do filho. Na escola, também não encontrou registros. O quinto diz que o paciente não tinha capacidade de comunicação, pois não respondia perguntas e não inseria suas frases em um contexto. O paciente falava e ele escutava as coisas sem sentido que, segundo ele, Danillo dizia, mas acredita ter sido uma abordagem ineficaz. A sexta terapeuta inicia dizendo que ficou pouco tempo com o caso e que o paciente coloria desenhos e verbalizava as cores da bandeira do Brasil. E o oitavo terapeuta diz que o paciente era incapaz de trocar, não falava quase nada, além da interjeição “né”, e que, mesmo que o paciente falasse, seria apenas uma repetição de sons, não faria diferença. Ele define essas repetições como fragmentos de discurso aos quais o paciente não consegue atribuir um sentido, pois grava-os como uma inscrição na pedra.

Tanto os terapeutas bastante identificados com a prática psicanalítica quanto aquele que decidiu seguir sua trajetória na área de neurodiagnóstico apresentam uma dificuldade de supor sentido nas manifestações do paciente. Suas falas são descritas como verbalizações, repetições de sons, frases da mãe, frases sem sentido, não têm o estatuto de comunicações.

Falar ou não falar, segundo um deles, não faria diferença. A frustração e a angústia também aparecem com bastante frequência nos relatos. O saber dos terapeutas é colocado em questão, ou melhor, o não-saber. Podemos elaborar a hipótese, a partir desses relatos, de um efeito transferencial do caso que deixa seus terapeutas na impossibilidade de fazer registro.

A única terapeuta que consegue contar uma história sobre o paciente é aquela que escutou a mãe, apesar da profissional ter pontuado que conversava bastante com o terapeuta de Danillo. Essa história não fez marca na passagem de seu caso, que parece ficar tomado pelo efeito do sem-sentido. Isso indica, talvez, um enquadre clínico necessário para que uma leitura das manifestações do paciente fosse possível. Além disso, temos a ausência física do registro dos primeiros anos de atendimento, o que contribui para a fragmentação da história do paciente. Podemos ter a impressão, junto com a quarta terapeuta, do efeito de “palavras soltas”. Junto do oitavo terapeuta, gostaria de desdobrar a afirmação de que as falas do paciente seriam fragmentos de discurso aos quais Danillo não consegue atribuir um sentido, pois *grava como uma inscrição na pedra*. Para nos auxiliar, temos, também, a impressão da terceira terapeuta, que pensava sobre os desenhos no quadro, os quais eram apagados² ao fim da sessão, sem deixar registro, ou vestígio.

Essas afirmações nos remetem ao texto “Nota sobre o ‘Bloco Mágico’” de Freud (2011c/1925), onde o psicanalista aborda o funcionamento da memória. Buscando um suporte material que complemente as funções do aparelho mnemônico, Freud primeiro sugere como recurso “uma superfície que preserve intacta por tempo indefinido a nota que lhe é confiada” (Freud, 2011b/1925, p. 268), como uma folha de papel escrita com tinta. A desvantagem desse método, que produz traços mnemônicos duradouros, é que a folha logo deixa de poder receber novas inscrições: é preciso recorrer a uma outra folha em branco quando a primeira acaba e, caso o interesse nas anotações iniciais desvaneça, não é possível apagar o registro. Contornando estes dois defeitos, o psicanalista sugere, então, a escrita com giz em uma lousa. Essa superfície manteria a capacidade receptora por tempo ilimitado. Os traços poderiam ser apagados assim que o interesse pelas anotações esmorecesse, preservando a superfície de inscrição. Contudo, não seria possível produzir um traço mnemônico duradouro: para acomodar novas recordações, exige-se o apagamento das anteriores. Será que um dispositivo material conseguiria conjugar tanto a irrestrita capacidade receptora quanto a conservação de traços duradouros, de forma semelhante ao funcionamento da memória?

² Interessante notar que, na forma como se deu a conversa com essa terapeuta, a autoria do apagamento dos desenhos não foi explicitada. Ela não falou e deixei de perguntar. Haveria implicações diferentes se ela me dissesse que apagava os desenhos, ou que o paciente os apagava. Contudo, da forma como foi contado, o apagamento não pertence a ninguém, apenas acontece, como um ato que circula entre paciente e terapeuta.

Com esta pergunta, Freud encontra o Bloco Mágico, uma tabuinha de cera sobre a qual há uma folha fina, dividida em duas camadas. A camada de cima consiste em uma película celuloide transparente, enquanto a de baixo é um papel encerado, translúcido. A escrita é composta por sulcos que pressionam o verso do papel encerado na tábua de cera, tornando as ranhuras visíveis na superfície do celuloide. No momento em que o papel encerado separa-se da tabuinha de cera, a escrita desaparece, e o Bloco Mágico está mais uma vez pronto para novas anotações. Contudo, se desmontarmos o aparelho e examinarmos as camadas separadamente, veremos que as inscrições seguem presentes na tábua de cera, apesar de terem desaparecido do celuloide e do papel encerado.

Freud questiona qual a relevância do celuloide no dispositivo, já que as marcas são visíveis após sua retirada. Ele conclui que, à semelhança do aparelho mnemônico, este papel faz a função de uma camada protetora contra estímulos, impedindo que o papel encerado seja danificado, assim como o sistema *Pcp-Cs* é responsável por diminuir a magnitude das percepções que chegam ao aparelho psíquico. Junto do papel encerado, essa camada corresponde a uma superfície com capacidade receptora ilimitada. Por outro lado, a tábua de cera conserva traços duradouros da escrita. Portanto, ao compor o dispositivo com dois sistemas diferentes, mas inter-relacionados, é possível manter tanto a capacidade de recepção quanto a conservação de traços, situando o registro no jogo entre a inscrição e o apagamento.

Neste jogo, nenhuma das operações é total: os traços duradouros não permanecerão intactos após o contato com novas anotações, assim como o apagamento, apesar de efetuar-se na camada externa, preserva sulcos na camada interna. Dantas e Moschen (2019) definem o jogo entre a inscrição e o apagamento como um movimento de ausência-presença-ausência, o qual permite a produção do registro. As autoras ressaltam o papel da ausência como movimento que torna possível o surgimento da presença. Trabalhando com a noção de vestígio - aquilo que restou do que desapareceu -, elas retomam os apontamentos de Lacan sobre a pegada encontrada na areia por Robinson Crusoe, no romance de Daniel Defoe. Segundo o psicanalista, o registro implica três tempos: a *pegada*, o *apagamento* e o *rastro* oriundo do apagamento. “A inscrição psíquica se dá a partir da travessia desses três momentos, que escrevem a letra como portadora de um enigma a se articular, futuramente, por meio do jogo significante” (Dantas & Moschen, 2019, p. 10). O apagamento de um traço inscreve a dimensão significante no que antes fazia função de signo. Ao invés de indicar aquele que decalcou a pegada, o rastro da pegada aponta para outras inúmeras possibilidades.

Crusoé apaga o rastro do passo de Sexta-Feira e, ao colocar no seu lugar um X, indica o significante como “algo que se apresenta como ele próprio podendo ser apagado e que justamente nesta operação de apagamento como tal subsiste” (Lacan, 1961-1962/2003, p. 95). De algum modo, Robinson Crusoé produz a travessia que Lacan propõe como necessária à inscrição do traço: a pegada deixada pela passagem de um objeto, o apagamento dessa pegada e o rastro produzido pelo apagamento responsável pelo registro da inscrição em uma outra ordem – ordem que não é anterior ao próprio registro, mas seu fruto. (Dantas & Moschen, 2019, p. 11)

O X marcado na areia, no lugar da pegada, seu vestígio, não guarda uma articulação necessária com o que o originou, atualizando a propriedade significante de abertura à produção de múltiplos sentidos. As autoras destacam que o significante “só se configura como tal na medida em que pode advir como vestígio” (Dantas & Moschen, 2019, p. 11), demarcando o trabalho de criação possível a partir de uma ausência.

A ausência que a marca indica enseja um trabalho de produção de sentidos operado pelo jogo do significante posto em cadeia; trabalho que se, por um lado, não chega a seu fim – se o tomamos como recuperação do que foi apagado -, por outro, deixa atrás de si um rastro que podemos substantivar como criação. (Dantas & Moschen, 2019, p. 11)

A ausência de vestígios no caso de Danillo coloca-nos uma pergunta sobre a possibilidade do apagamento. Se por um lado, a inscrição de suas falas é descrita como uma gravação na pedra, assemelhando-se ao primeiro dispositivo sugerido por Freud como suporte ao aparelho mnemônico, por outro, recolhemos o efeito de palavras soltas, de desenhos que são apagados sem deixar marca, de uma subjetividade que, antes que possa tornar-se memória no laço com o outro, desaparece. Se não é possível formar um vestígio, uma ausência que indica uma presença, talvez seja porque algo da ordem do apagamento não consegue operar. As inscrições, tais como se fossem marcadas na pedra, produzem um efeito de escoamento daquilo que poderia se transformar em registro. A inscrição e o apagamento não operam em conjunto na transformação da pegada em rastro: a uma inscrição rígida corresponde uma ausência incapaz de indicar uma presença.

Considerando o laço com o outro como fundamental para a possibilidade de jogo entre a ausência e a presença, entre a memória e o esquecimento, gostaria de retomar a referência ao não-saber dos terapeutas sobre o paciente³. Na medida em que sua fala não se insere em um contexto, ou que, ao escutá-la, temos dificuldade de situar um contexto, confrontamo-nos

³ Buscamos, aqui, estabelecer os pontos de enlace da história da transferência e da história do paciente, embasados na concepção de que o trabalho clínico, em transferência, opera ressoos na história do paciente.

com uma fala que escapa às narrativas, que opera como signo de um referente desconhecido. Para situá-la em um contexto, seria preciso fazê-la operar no jogo significante, ou seja, apagar a relação necessária entre o signo e o referente que desconhecemos. Uma narrativa nada mais é que uma ficção, imprecisa quanto às referências factuais, capaz de trair o passado. É na capacidade de trair que nasce algo com o estatuto de verdade ou, como disse Lacan, “a verdade tem estrutura de ficção” (Lacan, 1995/1956-1957, p. 259).

Portanto proponho como método que façamos um exercício de ficcionalização: incertos quanto à verdade e utilizando o enigma como bússola, mas dispostos a dar um passo sem saber se a terra é firme e, provavelmente, sem nunca descobrir. A construção de um caso é sempre uma ficção produzida a partir dos recortes que fazemos de uma experiência. Contudo, gostaria de demarcar que, para além da construção inerente a qualquer produção que lida com um caso clínico, talvez esta lhe pareça passar dos limites, pois, recolhendo as anotações feitas durante as sessões com o paciente, proponho que façamos recortes e suposições que dificilmente terão uma confirmação, na tentativa de constituir uma história e um sentido. Precisaremos caminhar na corda-bamba entre o saber e o não-saber, sem nenhuma garantia de acurácia ou de relação com os fatos, o que talvez nos deixe mais próximos da verdade ou, talvez, nos leve para o outro lado do oceano. Uma construção que joga uma isca de falsidade tentando pescar uma carpa de verdade⁴. É uma escrita impulsionada pela ausência, na tentativa de compor uma ficção capaz de deixar registro, comprometida com o esforço de suportar o sem-sentido.

Alô? Quem fala?

Neste ponto, você já tem algumas notícias do fim do atendimento do Danillo comigo e de alguns efeitos dos atendimentos anteriores. Muitas questões permanecem, principalmente: o que, afinal, acontecia nos atendimentos comigo? O que ele falava? Por que era tão difícil situar sua fala em um contexto? Seria impossível, além de indesejável, lhe contar com detalhes o decorrer de todas as sessões. Portanto, trarei fragmentos cuja importância pode ser situada pela repetição, em mais de uma sessão, de um tema ou de um significante, ou também, por um detalhe que se destaca dentre suas produções. Mas, antes, preciso lhe contar como

⁴ Segundo Freud (2018/1937), as construções na análise contam com algumas construções errôneas que, após sua correção, deixam-nos com a impressão de “haver capturado um peixe de verdade com uma isca de falsidade” (Freud, 2018/1937, p. 334).

foram a primeira e a segunda sessões, as quais estabeleceram um determinado andamento para os encontros. O primeiro encontro com um novo terapeuta é sempre um momento importante. Ele exige que as partes envolvidas apresentem-se e lança as bases para que um trabalho se desenrole, ou não.

No primeiro dia, convido mãe e filho para entrar na sala. Pergunto sobre o dia a dia e a escola, e Danillo responde pronunciando fragmentos do que eu tinha dito. Diante disto, a mãe afirma “Ele não fala, só repete”. Então, Danillo canta uma música sobre olhar e sobre uma pessoa que se afasta. “E os meus olhos ficam sorrindo, e pelas ruas vão te seguindo, mas mesmo assim, foges de mim”. Ela diz que a música é para mim.

Um leitor atento lembrará desses versos. Escutei-os da terapeuta nº 7, que atendeu a mãe. Segundo ela, a mãe cantava essa música para Danillo na infância. Contudo, não é uma memória recuperada pela mãe no momento em que o filho a canta. Como acabara de conhecê-los, tinha poucos elementos para interpretar essa manifestação. Agora, muito tempo depois, acredito que podemos relacionar seu conteúdo com a afirmação materna de que “Tudo começou no olho”. Essa frase situa a origem no orgânico. Mais do que um olhar, o que está em evidência é o olho, como órgão destituído de função.

De acordo com o relato da terapeuta nº 7, o glaucoma de Danillo, ainda quando bebê, fez com que a mãe ficasse às voltas de um olho. Podemos pensar que a iminência da cegueira do filho cegou-a. Ela acreditava que “o sorriso é reflexo e os bebês nascem cegos”. Há, nessa afirmação, uma desconsideração da possibilidade do sorriso e do olhar como índices de uma subjetividade, o que, de certa forma, permaneceu ao longo dos anos. Danillo não pode falar, assim como o olho não podia olhar e a boca não podia sorrir, resta-lhe repetir. Neste contexto, os versos da música ganham outras nuances. Sua irrupção logo após a afirmação de que ele não fala, apenas repete, pode indicar uma resposta à falta de olhar da mãe para aquilo que ele fala, sem estar repetindo, pois os olhos sorriem e seguem alguém que, independentemente desse olhar sorridente, foge.

Após essa cena, peço que a mãe espere do lado de fora da sala. Fico sozinha com o paciente e aguardo para ver o que vai acontecer. Havia levado algumas folhas e lápis, dispostos em cima da mesa. Ficamos um tempo em silêncio. A espera vale a pena e ele diz um nome, “Manuela”. Repete-o várias vezes. Pego uma folha de papel e escrevo esse nome. Repito também. Pergunto quem é, se é uma amiga, se é do colégio. Ele segue repetindo. Até que fala outro nome, ao que se segue uma sequência de nomes, com várias repetições e, por vezes, um vai e vem entre os elementos. Manuela, Fabiane, Fabiane, Fabiane, Bruno, Bruno,

Fabiane, Bruno, Augusto, Augusto, Augusto, Augusto, Manuela. Vou escrevendo todos os nomes em uma folha, ao mesmo tempo em que a mostro para Danillo. Escrevo também o nome dele, no centro, e o meu, no verso.

A espera que antecede esse movimento pode se desdobrar em mais de uma direção. Diz respeito a uma extensão temporal, onde o silêncio aguarda por uma quebra. Mas diz respeito também a uma expectativa, e a um desejo de que algo aconteça. Eu não sabia o que era esse “algo”, assim como não planejava escrever as palavras de Danillo. Tinha decidido levar folhas de papel e alguns lápis caso o paciente quisesse utilizá-los. Mas, desde então, fui eu quem passou a escrever, anotando suas palavras no papel, por vezes lhe mostrando o que estava escrevendo e repetindo o que dizia. A hipótese que guiava esse movimento de repetição e de escrita, considerando as observações sobre ecolalia do terapeuta anterior, era a de dar peso às suas palavras e de dar espaço para que ele as produzisse, mostrando que as escutava e esperando pelo que viria a seguir. Ao invés de colocar sentidos que ele pudesse repetir, repetir os sentidos que ele queria me contar. Fazia algumas perguntas, mas muitas vezes apenas aguardava o deslocamento para uma nova palavra, que vinha após diversas repetições.

Saindo da sessão, comento com a mãe alguns dos nomes que Danillo me falou. Ela diz que são colegas seus, alguns do primário. Diz que Danillo tem uma memória muito boa, lembra de tudo.

Na sessão seguinte, ele começa a me dizer frases. “Chegou, Juliana” foi a primeira frase que disse, como alguém que manda Juliana parar. Depois que pergunto um pouco sobre Juliana, se é alguém que ele gosta ou não, enquanto ele repete várias vezes “Chegou, Juliana”, ele me responde “Juliana bateu na Andressa”, seguido de “A bola tá ali na água”, “Apagou a luz, titia”, “Deixou no escuro”, “Não tava aqui”, “Achar ele”, “Bateu no nariz”, “Chinelo na água”. Todas essas sentenças são repetidas diversas vezes, com a ordem da sequência por vezes alterada, padrão de fala que se mantém ao longo de todos os atendimentos.

Suas palavras são bastante enigmáticas para mim, como um quebra-cabeças com muitas peças faltando. Identificando aquilo que retorna em diferentes sessões, vou elaborando hipóteses sobre a função do atendimento para ele. Descubro que “Apagou a luz, titia” se refere a uma cena bastante impactante na sua inserção na escola, assim como “Deixou no escuro”. “Não tava aqui” e “Achar ele” são frases que remetem à falta, algo bastante recorrente nas sessões e que nos conduz a uma elaboração sobre a negação em diferentes estruturas clínicas. “Bateu no nariz”, assim como “Juliana bateu na Andressa” remetem ao

bater e às agressões, que infelizmente vieram a ser relevantes para a possibilidade de seguir com o caso. Desenvolverei esses temas no decorrer do trabalho.

Nos primeiros meses, as sessões eram inauguradas com a escrita do nome de Danillo. Ele pegava uma folha e um lápis e então riscava as letras, pronunciando os nomes das letras enquanto as escrevia. O nome de Danillo quase sempre era escrito de forma incompleta, como “Dillo”, ao invés de “Danillo”. Podemos pensar que o ato de escrever o seu nome, cuja grafia foi alterada diversas vezes pelos terapeutas no seu prontuário, tem um valor de apresentação e de inscrição. Como um adolescente que fica treinando a assinatura, tentando decidir de que forma quer se apresentar para o mundo, Danillo escreve, da forma que pode, seu nome incompleto⁵, mas sempre com a repetição de duas letras, característica da grafia oficial.

Muitas das frases de Danillo parecem ter sido ditas a ele por outras pessoas, como quando, pegando um telefone imaginário, ele diz “Alô, Danillo, não sai daí, Danillo”. Ou, em uma sequência

Tá fria a madeira
Danillo não quer a madeira
Esquente, esquentar mamadeira
É pra mastigar, Danillo
Mastigar o pão
Esquente, esquentar a mamadeira
Tá com frio a mamadeira
Mamãe es quente
Esquentar mamadeira

Nesse recorte, Danillo começa com “Tá fria a madeira”, onde parece dizer para alguém que a mamadeira está fria. Então, diz que não quer, o que parece ser uma fala espontânea, mas na qual ele fala de si na terceira pessoa, seu usar o “eu”. Na próxima frase, pede para alguém esquentar a mamadeira. Contudo, utiliza “esquente” ao invés de “esquenta”, conjugação mais utilizada no sul do país em função do “tu”. Podemos supor que “esquente” vem da frase “Quer que eu esquente?”, enquanto, em outras regiões do país, onde se utiliza

⁵ Contudo, é importante acrescentar que, entre as etapas do letramento, comumente se passa pela hipótese silábico-alfabética. Esta hipótese de escrita consiste em alternar entre a correspondência entre uma sílaba e uma letra, e a correspondência entre uma sílaba e mais de uma letra, as quais representam os fonemas da sílaba. Desta forma, a escrita do nome “Danillo” como “Dillo” poderia se enquadrar dentro da hipótese silábico-alfabética.

coloquialmente o “você”, a terminação em “e” seria comum para se dirigir ao outro. Na sequência, ele usa o infinitivo, sem conjugação e portanto sem sujeito, para reiterar o pedido. Em seguida, temos uma frase dita a ele por alguém, lhe dizendo para mastigar. Então, se repetem duas frases com pequenas alterações: o pedido para esquentar incluindo um artigo antes de “mamadeira”; e a constatação de que a mamadeira está gelada, dessa vez dizendo “mamadeira” ao invés de “madeira”, e afirmando que ela está com frio, ao invés de fria. Por último, temos “Mamãe esquente”, que nomeia a mãe, ao mesmo tempo em que não usa, para conjugar o verbo, o “tu” e sim o que supomos ser a própria palavra da mãe, seguida de um infinitivo “Esquentar mamadeira”. Existe um vai e vem de posições nas suas frases: por vezes, repete, aparentemente, palavra por palavra, as frases de outros; em outros momentos, combina palavras de diferentes frases, como em um “recorta e cola” do que já lhe foi dito na vida.

Danillo fala tudo isso como quem conta uma cena, não como quem me faz um pedido, o que, quando necessário, ele também fazia, pedindo para ir ao banheiro, por exemplo. Ao entrar na sala, Danillo por vezes nomeava as suas ações. Ao abrir a porta, dizia “Abre”. Ao sentar, “Senta”. Ambas as ações conjugadas a partir da segunda ou da terceira pessoa do singular, no uso coloquial. Uma vez, chegou a dizer “Eu senta”. Muitas vezes ficava de pé, se movendo sem sair do lugar, até que eu dissesse que ele podia sentar. Ele repetia “Pode sentar, pode, pode sentar”. Também costumava esperar minha confirmação para abrir a pasta onde ficavam as folhas, nas quais escrevia seu nome.

Podemos recolher destes fragmentos, elementos importantes da posição de Danillo na linguagem. O paciente inicia o atendimento proferindo uma série de nomes, sem dizer o próprio, como se ele se apresentasse a partir de colegas que conheceu, desde muito pequeno. Suas frases raramente vêm acompanhadas da primeira pessoa do singular. Danillo, na maioria das vezes, não inverte a posição colocada pelo interlocutor, do que podemos concluir que ele existe, de forma mais radical do que aqueles que chamamos de neuróticos, no discurso⁶ do Outro.

Lembrando dos relatos dos terapeutas, a única pessoa que consegue contar uma história sobre o paciente é aquela que atendeu a mãe. Contudo, essa história não é recontada pelo paciente. Ao mesmo tempo em que suas frases nos indicam uma alienação ao discurso do Outro, a fragmentariedade de sua narrativa aponta para uma escassez de recursos e para uma

⁶ Lacan (1988/1955-1956) diferencia, na análise da linguagem, três registros. O primeiro é o do discurso concreto que “é a linguagem real, e a linguagem, isso fala” (Lacan, 1988/1955-1956, p. 68). O discurso concreto equivale à articulação motora que veicula a linguagem. A partir dele, os dois outros registros se articulam, são eles: o simbólico e o imaginário, ou, em outras palavras, o registro do significante e o do significado.

alienação que poderíamos chamar de precária. Nesse sentido, podemos formular a hipótese de que o apagamento que não se efetuou e que impede o registro é o apagamento necessário para a construção de uma ficção.

Há um conto de Salinger (2011/1919) que nos permite pensar essa hipótese a partir do diálogo entre dois irmãos que dividem o quarto com a irmã mais nova.

“Mamãe falou que a mamadeira está no fogão”, avisei a ele. “Já dei para ela agorinha mesmo”, disse Seymour. “Não está com fome.” Caminhou no escuro até a estante e varreu lentamente as prateleiras, para um lado e para o outro, com a luz da lanterna. Sentei-me na cama. “O que é que você vai fazer?”, perguntei. “Acho que ler alguma coisa para ela”, respondeu Seymour, pegando um livro. “Ah, essa não”, eu disse, “ela tem dez meses!” “Eu sei, mas os bebês têm ouvidos. Podem ouvir.”

A história que Seymour leu para Franny naquela noite, à luz da lanterna, era uma de suas prediletas, um conto taoísta. Até hoje Franny jura que se lembra de Seymour lendo para ela. (SALINGER, 2011/1919, p. 9)

Após essa introdução, Salinger transcreve o conto que foi narrado ao bebê. Curiosamente, é a história de um homem, chamado Po Lo, encarregado de procurar cavalos para um duque. Po Lo está ficando velho e precisa encontrar alguém que o substitua na tarefa. Indica um vendedor de lenha e de legumes que, a princípio, parece péssimo em sua incumbência: afirma que encontrara uma égua baia, mas verifica-se que o cavalo era, na verdade, um garanhão negro como carvão. O duque vai tirar satisfações com Po Lo, ao que o homem afirma que o novo encarregado é mil vezes melhor do que ele: esquecendo-se das qualidades exteriores, enxergava apenas o necessário. E, de fato, o cavalo prova ser extraordinário.

Tanto a história narrada quanto o ato de leitura do personagem falam de um descolamento entre o que pode ser aferido com certeza pelos dados da realidade e o que é apreendido, para além de um dado imediato ou de uma necessidade básica. A fome da criança não é de leite, assim como a aparência externa do cavalo é apenas uma parte do todo. É preciso considerar uma existência para além do orgânico, o que, por vezes, exige um apagamento daquilo que nos é dado a ver.

Esse apagamento precisa ocorrer do lado daqueles que falam, para que o *infans*, ainda destituído dessa capacidade, possa, em um tempo posterior, alterar aquilo que lhe foi transmitido e constituir uma ficção singular, recorrendo novamente ao apagamento. Desses elementos, podemos pensar que, apesar de estar posicionado discursivamente no campo do Outro - não a partir do Outro -, o tempo da alienação carregue consigo impasses que

possamos inferir por sua discursividade fragmentária. Talvez por uma questão orgânica, talvez pela presença do glaucoma na primeira infância, talvez pela falta de elementos aos quais ele pudesse se agarrar nesse discurso.

Contudo, há um momento em que Danillo se insurge contra a repetição, cantando uma música como quem contraria a frase da mãe de que ele não fala, só repete. Essa irrupção aponta para o aparecimento do sujeito, como aquele que destoa do sentido antecipado no Outro.

Também é importante notar que suas frases desdobram-se no presente e no pretérito perfeito, como eventos que acontecem ou que aconteceram e de certa forma seguem acontecendo. “Apagou a luz, titia” apesar de ser conjugada no passado, fala de uma cena que ocorreu há muitos anos e cuja distância temporal não está colocada. Certa vez, perguntei-lhe quantos anos tinha. Danillo respondeu: oito aninhos. Em outro dia, frente à mesma pergunta, ele diz doze. O pretérito imperfeito, tempo do “eu estava lá e então isso aconteceu”, e também tempo das brincadeiras, como em “agora eu era o herói”, não aparece na voz de Danillo. Sabemos que as brincadeiras situam um jogo entre o presente, o passado e o futuro, já que “era” refere-se ao mesmo tempo a um passado imaginado no faz-de-conta do presente e a uma possibilidade de ser quando crescer. Contudo, a narrativa de Danillo não tem um passado anterior ou um futuro imaginado, apenas um pretérito perfeito como em “Apagou a luz, titia”, ou um presente como em “Tá fria a madeira.”

Lacan (2010/1954-1955) distingue a função da fala e da linguagem. Segundo o autor, a linguagem é o que comunica no nível da informação, dos dados iniciais de uma situação. Ela é compartilhada pelos humanos e pelas máquinas. Por outro lado, a fala é introduzida no discurso no momento em que o sujeito faz uma afirmação sobre si a partir de sua relação com o Outro. Ela está no nível da evocação e do ato que funda uma relação. A partir dessas colocações, podemos nos perguntar: as palavras proferidas por Danillo situam-se no nível da linguagem, informativa, ou da fala, evocativa? Se concluirmos que se situam no nível da linguagem, assumimos uma posição semelhante à do terapeuta nº 8, que afirmou que não teria diferença se Danillo falasse ou não, pois suas palavras não tinham um sentido para o paciente. Por outro lado, se tomamos suas palavras no nível evocativo, como uma fala que porta uma mensagem, e nos colocamos no lugar de endereçamento, podemos apostar que, mesmo que a princípio elas não tenham o propósito de comunicar, à medida em que são tomadas nesse registro, podem retornar ao sujeito como mensagens (Laznik-Penot, 1997).

A partir destes fragmentos, você deve ter percebido que uma sessão com Danillo difere muito de uma sessão de psicanálise que poderíamos ver representada, por exemplo, em um filme de Woody Allen, ou mesmo, em uma descrição de Freud. Não há divã, com certeza não há charuto, e não há alguém falando sobre seus conflitos cotidianos enquanto o analista atenta para os atos falhos e formações inconscientes. Não existe uma história da infância ou do passado que ressignifique o presente, pois o passado parece se desdobrar continuamente nas situações narradas e uma história, com início, meio e fim, raramente se constitui. Qual é a relação entre a psicanálise que figura no imaginário cinematográfico e social, aquela que conhecemos desde os tempos de Freud, e esta que se propõe a lidar com um sujeito que fala, mas raramente em nome próprio? Quais são os desdobramentos de uma escuta ética do sujeito em casos de escassa produção de palavras? Como pensar a direção do tratamento quando o discurso se desdobra sem futuro ou passado imperfeito, sem o tempo do era (uma vez)?

Ética e direção do tratamento na psicanálise

Estas indagações nos conduzem a pensar a direção do tratamento articulada à ética da psicanálise. A direção do tratamento, em diferentes casos e estruturas clínicas, não é sempre a mesma. Contudo, mesmo com particularidades clínicas, existe um elemento que se mantém na direção do tratamento: a ética. Iremos explorar aqui a relação entre ética, saber e sentido, de forma a propor que um denominador comum da prática analítica é que esta transita por um terreno em que verdade e saber estão descolados, o que implica - e requer - acolher o sem-sentido como portador de uma verdade, seja na neurose, seja na psicose delirante, ou em casos que fogem a estas duas estruturas. Segundo Iannini (2012), a verdade surge da equivocação, como nos atos falhos, e do sem-sentido, como nos sonhos e nos chistes. Essa operação se contrapõe à necessidade de compreensão e de explicação, vigente em algumas práticas psicológicas e, de certa forma, demandada à psicanálise.

A ética guia a direção do tratamento desde o surgimento da prática psicanalítica. Freud, ainda médico, voltou-se à escuta da fala de suas pacientes e daquilo que nem ele, nem elas, sabiam sobre seus sintomas. Enquanto as afecções histéricas eram tratadas pelos médicos como lesões funcionais (Allouch, 1995), sem um correlato biológico visível, ou como encenações teatrais, produtos do fingimento de mulheres em busca de atenção, Freud começou a investigar suas determinações psíquicas, utilizando principalmente a fala e a associação livre.

Contudo, no início de sua prática, o psicanalista recorreu à hipnose como ferramenta de investigação dos conteúdos inconscientes, assim como considerava de extrema importância recuperar memórias esquecidas, recorrendo a parentes e conhecidos em busca de comprovações acerca de traumas infantis. Quando de posse dessas informações valiosas, ele apressava-se a levar o conhecimento ao doente, visando dar um fim rápido ao tratamento. Contudo, o êxito esperado não ocorria e a neurose não se dissolvia. Segundo Freud, sua postura, naquele momento, era intelectualista (Freud, 2010a/1913). O psicanalista percebe que o acesso a um saber no nível consciente não era capaz de produzir o arrefecimento das resistências, o que o leva a afirmar que quanto “a pôr a descoberto o que é inconsciente para o doente, essa técnica não ajuda, apenas o torna ainda mais incapaz de superar resistências mais profundas” (Freud, 2010b/1912, p. 159). Segundo Freud, essa abordagem mal distinguia “entre o nosso saber e o dele [paciente]” (Freud, 2010a/1913, p. 189), pois buscava que o conhecimento da determinação dos sintomas, vindo de uma fonte externa - fosse esta lembranças da infância vindas dos pais ou revelações colhidas durante o processo de hipnose - , solucionasse os conflitos neuróticos.

Deixando de lado esse procedimento, o psicanalista se atém ao trabalho com a fala e com as associações livres do paciente, de forma que a interpretação, quando pertinente, não vem no lugar de um saber externo, o qual estaria no campo da sugestão. Existe uma tensão entre saber e enigma que anima a psicanálise seja na incógnita que as históricas representavam à medicina, seja no deslocamento da própria técnica psicanalítica, que vai da sugestão e da hipnose para a regra fundamental da associação livre. No momento em que o saber não dá conta de recobrir determinado campo, aquele das manifestações inconscientes, a psicanálise surge ou se aprimora, em um movimento contrário à estabilização de um conhecimento.

Nesse sentido, é interessante notar o fenômeno “Freud Explica”, referido por Kehl (2002) como o apelo social, dirigido à psicanálise, por explicações sobre o psiquismo, o que, contudo, vai na contramão da ética psicanalítica. Este apelo é efeito da difusão da psicanálise nos mais variados meios sociais, algo possível graças à passagem do tempo, mais de cem anos após a publicação da “A Interpretação dos Sonhos”. Contudo, ao invés de conceder as chaves de compreensão da mente, como de certa forma lhe é demandado, a ética propriamente analítica “convoca a palavra a trabalhar” (Kehl, 2002, p. 28), intervindo como perguntadora e “expondo a fragilidade que existe sob a aparência das certezas estabelecidas” (Kehl, 2002, p. 28). Atualmente, vemos essas certezas difundirem-se sob a forma de diagnósticos que

procuram identificar sujeitos na tentativa de produzir um conhecimento que dê conta da totalidade do que lhes acontece. A psicanálise, na contramão desse movimento, coloca o não-saber no centro de sua prática, ao mesmo tempo em que sustenta um saber do sujeito, em vias de ser produzido.

Kehl (2002) aponta nossa intolerância, enquanto seres humanos, aos aspectos da existência vazios de sentido. Segundo a autora, o sentido não é um valor inerente à vida, mas “efeito de uma construção discursiva que confere significado ao aleatório, ao sem sentido, à precariedade da existência” (Kehl, 2002, p. 9). A depressão seria fruto da perda do sentido da existência, e sua prevalência cada vez maior em nossa sociedade indica que a constituição de sentidos socialmente compartilhados é cada vez mais escassa, pois o alcance de uma produção de sentido é dependente de sua inscrição na cultura. Nas palavras de Kehl,

Assim como todo ato de fala só se consuma no endereçamento a um outro (até mesmo quando se trata de um maluco “falando sozinho” na rua), toda produção de sentido, de significação, depende de sua inscrição numa cadeia de interlocuções. Dizer que uma vida faz sentido do ponto de vista do vivente significa que existe a possibilidade de esse sentido ser reconhecido pelo Outro, ou pelos outros que o rodeiam. (Kehl, 2002, p. 9)

Não só temos dificuldade de tolerar os aspectos da existência vazios de sentido, como precisamos constituir sentido na relação com o Outro. Essa interação entre discurso social e sofrimento já era descrita por Lévi-Strauss (2017a/1949) em *A Eficácia Simbólica*. Neste escrito, o antropólogo discorre sobre as implicações da eficácia simbólica na cura xamânica e na psicanálise. A primeira consistiria em “tornar pensável uma situação dada inicialmente em termos afetivos, e aceitáveis, pelo espírito, dores que o corpo se recusa a tolerar” (Lévi-Strauss, 2017a/1949, p. 197). A eficácia estaria garantida pela crença da paciente aliada à crença social na realidade descrita pelo xamã. Contudo, a mitologia invocada pelo xamã para tornar compreensíveis as dores incoerentes tem um efeito diverso do que ocorre “com nossos doentes quando se lhes explica a causa de seus problemas invocando secreções, micróbios e vírus” (Lévi-Strauss, 2017a/1949, p. 197). Lévi-Strauss formula a hipótese de que, enquanto a relação entre micróbio e doença é externa ao espírito, a relação entre monstro e doença é interna, uma relação entre símbolo e coisa simbolizada. O mito fornece uma linguagem capaz de formular estados de outra maneira informuláveis e é nessa operação que reside o móvel da cura.

A psicanálise, de forma semelhante, também opera com mitos, contudo, estes são individuais. Enquanto o xamã oferece um mito compartilhado pelo coletivo, o psicanalista, na posição de ouvinte, auxilia na construção de um mito a partir de elementos advindos da história do paciente. Com Lacan, podemos acrescentar que, além de propiciar a formulação de estados a princípio informuláveis - os quais ganham existência a partir de sua nomeação, apesar do efeito de *a posteriori*, que dá a impressão de que “sempre foi assim” -, a psicanálise atua na desconstrução ou no deslocamento de elementos desse mito, visando à ampliação das possibilidades de nomeação.

Desta forma, lidamos, desde os tempos de Freud, com uma tensão entre o saber e o não-saber, relativa ao psiquismo. Ironicamente, à medida em que se constroem mais nomenclaturas e classificações responsáveis por difundir certo conhecimento sobre adoecimento mental, temos um efeito de esvaziamento dos sentidos que emanam das singularidades dos sujeitos identificados com seus diagnósticos. Atribuir um nome a um estado de tristeza profunda não tem a mesma função que narrar uma jornada mítica para auxiliar no processo de parto. Talvez a diferença, como pontua Lévi-Strauss, seja que a relação causal evocada pela medicina é externa ao espírito, enquanto a relação entre narrativa e concepção de doença dos xamãs é interna. Na psicanálise, cuja premissa ética é orientada pela verdade, a produção de sentido situa-se, na maioria dos casos, do lado do paciente, pois seu objetivo, mais do que conceder uma explicação, é sustentar um saber em vias de ser produzido. Uma posição ativa de não-saber permite esse movimento entre saber e verdade, que se alterna, na medida em que, logo após o surgimento da verdade, ela se transforma em saber. Contudo, nem sempre o que se recolhe de um processo de análise é da ordem da compreensão, assim como Freud percebeu, com a hipnose, que a recepção de um conhecimento consciente não era capaz de dissolver os sintomas.

No momento em que lida com o inconsciente, a psicanálise se compromete a acolher justamente o que resiste à estabilização do saber. Freud é levado a escutar sonhos, atos falhos, chistes e esquecimentos aparentemente desprovidos de sentido. Nestes “erros”, ele encontra uma porta para o inconsciente, onde o princípio de contradição não existe, deslocamentos e condensações são a regra e o tempo perde sua linearidade. Também é importante notar que os grandes casos descritos pelo psicanalista são casos de análises que não “deram certo”, se tomamos por termômetro de sucesso a dissolução dos sintomas. O conflito e o impasse são inerentes às produções inconscientes, de forma que a psicanálise, tratando destas

manifestações, não pode buscar ou esperar uma adequação social do sujeito que, a partir de então, estará curado de suas pulsões.

Mas, então, ao que se propõe uma análise? Esta não é uma pergunta fácil de responder, e sua elaboração aprofundada exigiria um trabalho à parte. Contudo, podemos esboçar algumas linhas gerais relativas à posição de escuta esperada de um analista, o que faremos na companhia de Lacan. Em seu texto, “A direção do tratamento e os princípios de seu poder” (1998b/1961), o psicanalista francês elenca alguns pontos que caracterizam uma análise, na tentativa de responder à pergunta sobre sua direção. Estes pontos são:

1. Que a fala tem aqui todos os poderes, os poderes especiais do tratamento;
2. Que estamos muito longe, pela regra, de dirigir o sujeito para a fala plena ou para o discurso coerente, mas que o deixamos livre para se experimentar nisso;
3. Que essa liberdade é o que ele tem mais dificuldade de tolerar;
4. Que a demanda é propriamente aquilo que se coloca entre parênteses na análise, estando excluída a hipótese de que o analista satisfaça a qualquer uma;
5. Que, não sendo colocado nenhum obstáculo à declaração do desejo, é para lá que o sujeito é dirigido e até canalizado;
6. Que a resistência a essa declaração, em última instância, não pode ater-se aqui a nada além da incompatibilidade do desejo com a fala. (Lacan, 1998/1961, p.647)

Lacan se dirige, aqui, à comunidade de analistas e tenta delimitar algumas balizas para uma posição de escuta. Desde o início de seu retorno a Freud, o psicanalista retoma a importância das formações de linguagem, propondo a primazia do significante sobre o significado. A fala, na sua concepção, tem todos os poderes do tratamento, pois é na linguagem que encontramos o material de trabalho, com suas metáforas e metonímias, e, também, nos casos de psicose, neologismos e ritornelos. Lacan se opôs a concepções psicanalíticas que privilegiavam o afeto e buscavam a integração do ego, possível graças à identificação do ego fraco do paciente ao ego forte do analista.

O psicanalista francês busca se afastar ao máximo de uma direção normativa, tanto que afirma não dirigir o sujeito nem para a fala plena, nem para o discurso coerente. Apesar disso, não podemos dizer que o fazer analítico é desprovido de direção. O próprio ato de não dirigir a fala do paciente carrega alguns princípios, os quais direcionam o trabalho. Um deles é que o cerne da ação analítica é o ato da fala e este ato não se inscreve no registro da compreensão daquele que escuta. Segundo Lacan, a compreensão pode ser uma armadilha perigosa, pois não raro “mais vale não compreender para pensar, e é possível percorrer léguas compreendendo sem que disto resulte o menor pensamento”. (Lacan, 1998b/1961, p. 621) Enquanto no discurso comum, cotidiano, a falta de compreensão não impediria uma resposta

do interlocutor, na análise, Lacan sugere o silêncio do analista, que frustra tanto aquele que fala quanto aquele que escuta. Ele se esquivava da demanda do analisando, pois este

sabe muito bem que isso seriam apenas palavras. Tais como as recebe de quem quiser. Ele nem tem certeza de que me seria grato pelas boas palavras, muito menos pelas ruins. Essas palavras não são o que ele me pede. Ele me pede... pelo fato de que fala: sua demanda é intransitiva, não implica nenhum objeto. (Lacan, 1998/1961, p. 623)

A defesa lacaniana da não compreensão do analista se alia a um dos propósitos da análise, desenvolvido principalmente nos primeiros anos do ensino de Lacan: a dissolução do Eu, ou, em outras palavras, a dissolução do imaginário. Fundado a partir da alienação à imagem do semelhante, o Eu é fonte de desconhecimento, pois, para se formar enquanto uno e autônomo, separa-se das suas próprias condições de constituição. Concebendo o desejo como puro e desprovido de objeto, uma análise, ao subjetivar a falta constituinte do desejo, teria como função

mostrar como tais imagens, às quais o sujeito se vinculou, eram a maneira desesperada de dar forma a um desejo fundamentalmente opaco [...], maneira de se defender dessa indeterminação angustiante fundamental que faz com que todo vínculo à imagem seja frágil. (Safatle, 2017, p. 41)

A dissolução do Eu permitiria, então, o reconhecimento intersubjetivo do desejo, concebido como negatividade, e, para concluir tal propósito, é necessário que o analista se porte como um espelho vazio, que “permite a projeção dessas imagens no interior da relação analítica” (Safatle, 2017, p. 40). Ou seja, o imaginário do analista, com suas ideias do que é certo ou errado, do que é normal e do que foge da curva, devem ficar de fora da relação analítica, assim como uma possível resposta ou conselho sobre o que se deve fazer, embasada no que se compreende, ou se imagina, daquilo que o outro falou. Como afirma o ditado popular: se conselho fosse bom, ninguém dava de graça.

De acordo com os pontos elencados por Lacan, a liberdade concedida àquele que fala levaria à declaração do desejo, a qual, contudo, resiste à fala. Vimos uma concepção do desejo como pura negatividade, o que explicaria sua resistência a ser colocado em palavras. Contudo, a partir de 1964, o desejo passa a ser articulado com o fantasma, que marca de forma fundamental os modos de relação com o Outro. Segundo Safatle (2017), o fantasma é uma cena imaginária “na qual o sujeito representa, a partir de primeiras experiências de satisfação, a realização do seu desejo” (Safatle, 2017, p. 67). Como o desejo do sujeito se constitui a

partir do desejo do Outro, é desejo do desejo do Outro, o fantasma é uma resposta para a pergunta sobre o que o Outro deseja, a qual defende o sujeito da angústia de não saber o que o Outro quer. Essa cena imaginária fixa alguns objetos, que serão, desde então, causa do desejo do sujeito.

Com esta constelação de conceitos, o desejo deixa de ser puro, passa a ser guiado pelo objeto *a*, objeto causa do desejo, e o final de análise passa a estar vinculado à travessia do fantasma. Esta travessia, na impossibilidade de dissolver os vínculos do sujeito aos objetos que causam seu desejo, modifica o sentido destes vínculos “permitindo assim que eles sustentem experiências que não se reduzam à repetição modular de fantasmas” (Safatle, 2017, pp. 69-70). O objeto *a* deixa de conformar a experiência aos moldes fantasmáticos e se torna “o núcleo de uma experiência radical de descentramento” (Safatle, 2017, p. 70). Isso nos leva, novamente, à uma experiência de indeterminação que resiste à fala, contudo, é uma experiência com alguns pontos de fixação. O reconhecimento se dará, portanto, entre um sujeito e um objeto, “que o constitui ao mesmo tempo que lhe escapa” (Safatle, 2017, p. 80). A direção da análise guia o sujeito, neurótico, para uma experiência de desidentidade, sustentando o princípio ético de que “o sujeito só é sujeito quando é capaz de experimentar, em si mesmo, algo que o ultrapassa, algo que faz com que ele nunca seja totalmente idêntico a si mesmo” (Safatle, 2017, p. 80).

Segundo Kehl (2001), a cura em psicanálise passa por uma identificação do sujeito com o seu sintoma, o que lhe permite certa liberdade criativa. O sintoma sempre representará algo do desejo que escapa ao sujeito, apesar de fazer parte dele. A aposta é que a “cura analítica permite que ele faça disso, que a ele sempre retorna e dele sempre escapa, alguma *outra coisa* além da banalidade da repetição sintomática” (Kehl, 2001, p. 37). Esse movimento é possível a partir de uma operação de simbolização da castração, a qual faz o sujeito abandonar “a pretensão neurótica de tudo saber e tudo dizer sobre si” (Kehl, 2001, p. 89). Neste sentido, o trabalho analítico atua na desconstrução dos sujeitos modernos, do Eu concebido como uno e crente da autoria autônoma de seu romance individual. De forma semelhante, Safatle interpreta o imperativo ético lacaniano de “não ceder em seu desejo” como “a exigência de se confrontar com que aparece como ‘inumano’ no interior do desejo, como desprovido da imagem identitária do homem” (Safatle, 2017, p. 87) Esta ética é o que guia as intervenções para o trabalho com os atos falhos, sonhos, chistes e esquecimentos, pois este trabalho inclui, como parte do sujeito, uma experiência onde, a princípio, ele não se

reconhece, mas a qual porta uma verdade sobre o seu desejo, que difere da imagem identitária do Eu.

Contudo, este trabalho de desconstrução não é a direção em todos os casos. Quando lidamos com a clínica das psicoses, alguns pontos centrais da direção do tratamento se mantêm, enquanto que os propósitos de dissolução do Eu e de travessia do fantasma, buscando uma experiência radical de descentramento, não. A fala, com suas formações de linguagem, segue tendo “todos os poderes” do tratamento e, inclusive, Lacan enfatiza no seminário *As psicoses*, como só é possível trabalhar com essa estrutura clínica atendo-se aos fenômenos de linguagem.

O único modo de abordar conforme à descoberta freudiana é o de pôr a questão no próprio registro em que o fenômeno nos aparece, isto é, no da fala. É o registro da fala que cria toda a riqueza da fenomenologia da psicose, é aí que vemos todos os seus aspectos, as suas decomposições, as suas refrações. A alucinação verbal, que é aí fundamental, é justamente um dos fenômenos mais problemáticos da fala. (Lacan, 1988/1955-1956, p. 48)

Segundo Lacan, a linguagem se articula de forma particular no discurso delirante, principalmente em relação a duas formações específicas: os neologismos e os ritornelos. No caso dos neologismos, a significação - que comumente sempre remete a outra significação, sustentando-se em uma rede de significantes - remete apenas a si mesma, e, nesse movimento, “remete antes de mais nada à significação enquanto tal” (Lacan, 1988/1955-1956, p. 44), a algo de inefável na linguagem. Por outro lado, o ritornelo é uma fórmula que se repete e se repisa estereotipicamente, sem remeter a mais nada. São duas formas da palavra que “param a significação”, atuam como “uma espécie de chumbo na malha, na rede do discurso do sujeito” (Lacan, 1988/1955-1956, p. 45).

Lacan retoma uma questão esvaziada pela psiquiatria referente aos sentidos produzidos pelos sujeitos psicóticos (Neves & Santos, 2017). A contribuição da psicanálise no campo da saúde mental permite-nos restituir, de certa forma, o sentido na cadeia dos fenômenos da doença, contudo, “o que é falso, é conceber que o sentido de que se trata é aquele que se compreende” (Lacan, 1988/1955-1956, p. 14). Não é preciso que a cadeia de fenômenos “faça sentido” dentro de um raciocínio neurótico para que ela porte uma verdade que diz sobre como se organiza aquela estrutura psíquica e sobre aquele sujeito. Também não se trata de adequar o psicótico às normas sociais vigentes. O esforço de Lacan “foi fazer da psicose uma questão de sujeito” (Neves & Santos, 2017, p. 264), respeitando a singularidade

das produções delirantes e atentando para o seu lugar enunciativo, acolhendo o que é da ordem do insensato. Nas palavras de Lacan, “Por que então, condenar de antemão à caducidade o que se externa de um sujeito que se presume estar na ordem do insensato, mas cujo testemunho é mais singular, e mesmo inteiramente original?” (Lacan, 1988/1955-1956, p. 243)

Desta forma, os pontos elencados por ele em “A direção do tratamento e os princípios de seu poder” (1998b/1961) se mantêm. A fala possui todos poderes do tratamento; não procuramos responder à demanda do paciente; não o dirigimos para uma forma “correta” de discurso; o deixamos livre para que se dirija à enunciação do seu desejo; um desejo que “só pode ser tomado ao pé da letra” (Lacan, 1998/1961, p. 648), nas manifestações de linguagem.

Contudo, a psicose pode ser pensada como um rompimento do eu com o mundo externo, o qual exige uma reconstrução do mundo externo passível de ser realizada pelo trabalho do delírio (Freud, 2011b/1924), ou como um desencadeamento que implica um rasgo na tessitura significativa (Madeira & Moschen, 2017). Madeira e Moschen propõem a noção de *tessitura*, “caracterizada pela composição de articulações significantes” (Madeira & Moschen, 2017, p. 397). Segundo eles, o desencadeamento está vinculado a pontos em que o estofado simbólico foi desfeito, os quais podem ser (re)costurados a partir de algumas operações clínicas. Algumas das malhas fundamentais para o funcionamento da estrutura sincrônica, característica da metáfora, que teriam se desamarrado durante o desencadeamento e precisariam ser (re)costuradas, podem dizer respeito à morte, ao sexo, ao corpo, à alteridade e à procriação.

Lacan descreve algumas operações clínicas que permitem diferentes soluções para a psicose. Falaremos aqui da estabilização, da compensação e da suplência. A *estabilização* é efeito de uma mudança estrutural, que pode ser alcançada, por exemplo, através da metáfora delirante. Já a *compensação* é imaginária. Foi apontada, por Lacan, no caso de Joyce em sua identificação à figura de “o artista”. Além dela temos a noção de *suplência*, a qual permite, no esquema do nó borromeu, a função de uma amarração aos três registros, apesar da ausência do nome-do-pai.

A partir desses operadores clínicos, temos uma direção para o tratamento que se diferencia muito da dissolução do Eu e da travessia do fantasma, enquanto experiência radical de descentramento. A dissolução imaginária é abordada por Lacan no caso Schreber como efeito do “crepúsculo do mundo”, período em que as alucinações e os delírios começaram, lançando o juiz alemão na angústia de uma realidade indistinta e ameaçadora. Há um efeito de

despedaçamento do presidente Schreber nesse período, tanto de si quanto do outro, seu semelhante. Schreber tem em determinado momento a revelação de que havia morrido e de que sua morte tinha sido anunciada nos jornais. Apesar disso, ele ainda se considerava vivo, como um outro, menos dotado que o anterior, mas ainda o mesmo. “Ele é um outro. Mas ainda assim o mesmo, que se lembra do outro. Essa fragmentação da identidade marca com seu próprio selo toda a relação de Schreber com os seus semelhantes no plano imaginário” (Lacan, 1988/1955-1956, p. 119).

A dissolução do Eu, nesse caso, é fonte de sofrimento, o que nos lança na busca de alguma estabilidade para as formações imaginárias. Esta estabilidade “da imagem nas relações interhumanas” (Lacan, 1988/1955-1956, p. 121) pode ser obtida quando o imaginário e o real articulam-se com o simbólico. Lacan evoca, então, os astros, enquanto representantes do real recoberto pelo simbólico. Os elementos do real, cuja característica é serem encontrados sempre no mesmo lugar, exigem um trabalho de simbolização, que está presente em todas as culturas. A noção de realidade para Lacan, distinta do real, é composta por uma trama onde a articulação com o simbólico e o imaginário tem papel fundamental. Os astros, como elementos que se encontram sempre no mesmo lugar e, ao longo dos anos, são nomeados, compondo uma rede de significações, representam a consistência dessa realidade, que de nenhuma forma é natural.

O trabalho analítico na psicose buscará propiciar alguma forma de tessitura das constelações significantes rompidas ou inconsistentes. Dessa maneira, é um trabalho que se coloca mais ao lado da costura do que do corte. Lacan (1988/1955-1956) nomeia a função do analista diante da psicose de “secretário do alienado”. Nas suas palavras,

Empregam habitualmente essa expressão para censurar a impotência dos seus alienistas. Pois bem, não só nos passaremos por seus secretários, mas tomaremos ao pé da letra o que ele nos conta - o que até aqui foi considerado como coisa a ser evitada. (Lacan, 1988/1955-1956, p. 241)

Lacan se dispõe, quando diante de um sujeito psicótico, a uma escuta que dispensa as interpretações e o lugar de suposto saber do analista, o qual se encontra, então, na posição de testemunha e suporte do advento do sujeito (Neves & Santos, 2017). Segundo Neves e Santos (2017), o psicótico pode conseguir sair do lugar de objeto diante do Outro a partir de “um efetivo movimento clínico de atenção e suporte a esse advento, de valorização da produção ativa de sentido diante do Outro, aliás, de um des-sentido particular ao próprio sujeito e sem exigência de significação” (Neves & Santos, 2017, p. 264).

A posição ética de não-saber sobre o outro persiste, seja na clínica das neuroses, seja na clínica das psicoses, um não-saber que sustenta uma produção do sujeito, do seu lugar de enunciação, sem ficar presa a um sentido pré-determinado que permitiria analisar e classificar suas manifestações. Pelo contrário, a análise suporta o sem-sentido, nomeado também como “discurso insensato” ou “des-sentido”, pois ali é onde pode se encontrar uma manifestação do sujeito e da verdade.

Desta forma, podemos retornar à pergunta que deu ensejo a esta elaboração sobre ética e direção do tratamento: como pensar esses dois operadores na escuta de um sujeito que fala, mas raramente em nome próprio? Como pensá-los em um caso que não se situa na neurose nem na psicose delirante, um caso onde existe uma escassa produção de palavras? O que fazer quando o discurso se desdobra sem futuro ou passado imperfeito, sem o tempo do era (uma vez)?

Suposição de sujeito: entre o sentido e o sem-sentido

Frente aos elementos que já possuímos, à dificuldade de inscrição de um registro e à noção de que um sentido e uma história só podem ser tramados no laço com o outro, procuraremos constituir um pouco de história, tentando dar peso ao que surge na cadeia dos fenômenos. Desta forma, uma possível resposta à pergunta sobre a direção do tratamento está na operação de *suposição de sentido*. Existem diferentes maneiras de operar com essa suposição. Ela se faz mais necessária no início da vida, tornando-se menos presente à medida que o sujeito em constituição vai adquirindo algumas possibilidades de enunciação. Porém, frente a uma criança que já tem alguns anos de vida e não fala, a suposição de sentido também se fará bastante presente. No caso de Danillo, um paciente adulto que fala, mas que tem um discurso fragmentado, alguma suposição de sentido é necessária, contudo, tomando o encadeamento de sua fala como suporte de uma construção e restituindo-lhe a dimensão de manifestação do sujeito. A recuperação do sentido na cadeia dos fenômenos é aquela do sentido que não se compreende, o qual podemos também chamar de *sem-sentido*⁷.

⁷ No seminário As formações do inconsciente (1999/1957-1958), Lacan afirma que “A dimensão do valor impõe-se em contraste com a dimensão do sentido” (Lacan, 1999/1957-1958, p. 85), assinalando que o sentido de um significante não é inerente, mas determinado por seu valor dentro da cadeia de significantes. Segundo o psicanalista, não existe uma significação que independa de uma rede de significações. A determinação é passível apenas a partir da posição em relação a outros significantes. É nessa estrutura que podemos ver as determinações dos deslocamentos e condensações, tomados como destituídos de um sentido inerente.

Dessa forma, operamos com a *suposição de sujeito*, que, aliada à suposição de sentido, poderá nos permitir interpretar algumas de suas manifestações. O movimento de escrita e de repetição de suas palavras, presente durante todo atendimento, situa-se mais do lado da suposição de um sujeito do que da suposição de um sentido. O caso vai nos deixar entre ambas posições, na medida em que se trata de um paciente que fala a partir de um discurso fragmentado.

Em “A Criação da Criança”, Julieta Jerusalinsky (2009) destaca quatro operações constituintes do sujeito: *estabelecimento da demanda*, *suposição do sujeito*, *alternância e alteridade*. Deteremo-nos nas duas primeiras, com vistas a investigar os efeitos de uma suposição de sentido e qual sua diferença em relação à suposição de sujeito.

O *estabelecimento da demanda* se dá quando o Outro, como a mãe ou o pai, precipita, das manifestações da criança, uma significação. Inicialmente, um grito, por exemplo, aponta para um objeto que o bebê não pode saber qual é: ele sente apenas desprazer. Cabe àquele que cuida da criança e que realiza o que se convencionou chamar *função materna*⁸, supor uma demanda a partir desse grito, tornando possível a satisfação e a transformação do grito em diferentes choros e manifestações. Contudo, esta não é uma satisfação qualquer, pois aquele que exerce a função materna, “ao mesmo tempo em que busca poupar o esforço do bebê, articula tal satisfação à lei, exerce tais cuidados desde uma referência simbólica e não navegando à deriva na polissemia da linguagem” (Jerusalinsky, 2009, p. 101).

Dessa forma, o Outro “exerce um saber que faz borda ao gozo do corpo do bebê e o atrela à linguagem” (Jerusalinsky, 2009, p. 101). Contudo, apesar da posição de mestria deste Outro em relação ao bebê, seu saber não é completo. Segundo Julieta, o bebê vem responder a um enigma sobre o desejo daqueles que lhe conceberam e lhe desejaram, um enigma formulado de forma inconsciente. No momento em que existe um enigma, o bebê passa a ser também tributário de um saber, o qual seria capaz de resolver o mistério concernente ao desejo daqueles que lhe cuidam e que realizam a *função materna*. Isso implica que, ao mesmo tempo em que exerce uma posição de mestria, o Outro se interroga por um saber que supõe ser do bebê, o que torna possível supô-lo como sujeito.

⁸ Apesar desta função ser adjetivada como “materna”, tanto homens quanto mulheres, pais ou não da criança, podem realizá-la. Foi chamada desta forma por ser uma função historicamente protagonizada por mulheres que são mães. Contudo, existem consequências importantes de um discurso teórico sobre o fazer considerado materno que, se por um lado visibiliza um trabalho protagonizado por mães, por outro, pode tornar este trabalho um dever dessas mesmas mulheres, culpabilizando-as pelas inúmeras dificuldades inerentes a esta função.

Enquanto o *estabelecimento da demanda* situa-se do lado da precipitação de uma significação, a *suposição de sujeito* coloca-se ao lado da abertura da significação, poderíamos também dizer, do deslizamento do significante. Ela está atrelada à suposição de um enigma e de um saber no outro; em outras palavras, à suposição de um desconhecimento sobre o outro, o que torna a suposição de sentido, própria à demanda, insuficiente por si só. Para que a constituição do sujeito se articule, ambas operações devem estar presentes. A suposição de um enigma no bebê, sem o suporte da transformação de um grito em demanda, deixa o *infans* em um vazio de significação; enquanto que o estabelecimento de um sentido, de uma demanda, sem a suposição de um saber no *infans*, e portanto de uma falta no saber do Outro, não permite que uma diferença, indicativa da existência de um sujeito, possa advir.

Podemos traçar um paralelo entre o par estabelecimento da demanda - suposição de sujeito (suposição de sentido - abertura significativa) e as duas formas de alteridade distinguidas por Lacan (1988/1955-1956), no Seminário *As psicoses*: o pequeno outro e o grande Outro. O primeiro “é o outro imaginário, a alteridade em espelho, que nos faz depender da forma de nosso semelhante” (Lacan, 1988/1955-1956, p. 295). O imaginário comporta um modo específico de alienação, relacionado ao conhecimento paranóico. A imagem do semelhante fornece, à custa do desconhecimento, uma ilusão de unidade, assumida de forma ortopédica. A alienação na imagem do outro produz uma ilusão de autoconhecimento e domínio absolutos, tal como em um delírio paranóico. O outro pertencente a esse registro configura uma relação em espelho com o eu (*moi*). A sensação de conhecimento absoluto estende-se àquele em cuja imagem o eu (*moi*) aliena-se, um conhecimento diretamente relacionado à forma desse eu (*moi*).

Em contrapartida, o grande Outro, chamado por Lacan de “o Outro absoluto” (Lacan, 1988/1955-1956, p. 295), “é aquele ao qual nós nos dirigimos para além da relação de miragem, aquele que aceita ou que se recusa na nossa presença, aquele que na ocasião nos engana, do qual não podemos jamais saber se ele não nos engana, aquele ao qual sempre nos endereçamos” (Lacan, 1988/1955-1956, p. 295). A esta forma de alteridade é destinado o complemento “absoluto” pois não podemos ter a pretensão de conhecê-lo em sua totalidade, não podemos jamais saber se ele não nos engana, pois é sempre distinto de nós, sempre distinto do eu (*moi*). A este Outro cabe reconhecer, ou não, o sujeito que a ele se endereça. Esse reconhecimento da alteridade é necessário para que um sujeito se reconheça, pois não seria possível ser reconhecido, e portanto reconhecer-se, como sujeito a partir de um outro

tratado como objeto. Enquanto o eu (*moi*) está no registro da relação objetal, o sujeito entra na relação de pacto.

Segundo Lacan, a dimensão do sujeito está vinculada ao ato da fala. “O sujeito que fala, devemos admiti-lo forçosamente como sujeito. E por quê? Por uma simples razão, porque ele é capaz de mentir. Quer dizer que ele é distinto do que diz” (Lacan, 2009/1953-1954, p. 255). A fala comporta uma cisão entre enunciado e enunciação, entre o conteúdo e a posição do falante. A intenção daquele que fala pode não corresponder às palavras proferidas, as quais traem a consciência. Em outras palavras, a fala comporta uma diferença entre saber e verdade, que compõem um jogo dialético. Esta cisão é inerente à relação entre o eu (*moi*) consciente e o sujeito (*je*) inconsciente. O sujeito emerge como ruptura ao sentido preestabelecido colocando um enigma ao conhecimento supostamente total do eu (*moi*).

Isso nos leva a uma reflexão sobre a posição de Danillo na linguagem. Por um lado, o paciente não parece capaz de mentir. Quando fala, aparentemente nunca tem a intenção de enganar o interlocutor, ou esconder um segredo. Também não sei se poderíamos falar, no seu caso, de formações do inconsciente no sentido de lapsos, esquecimentos... Ao pensarmos em sua posição na linguagem, fazemos a imagem de uma estrutura que se aproxima mais daquela de um quebra-cabeças com peças faltando, ou de um quebra-cabeças com peças desencontradas, que não constituem um todo, do que da de um quebra-cabeças em que algumas peças teriam sido recoloridas para ocultar o desenho original. Em outras palavras, a peça que não está nos parece ter sido forcluída e não recalçada.

No Seminário 11, “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”, Lacan aborda a relação entre o sujeito e o sentido partindo da alienação primordial, necessária para a constituição, a qual difere da alienação do estádio do espelho, imaginária, que confere unidade ao eu (*moi*). Desde o início de seu ensino, o psicanalista enfatiza a incidência do Outro, definido tanto como um grupo de Outros encarnados, representantes da função do Outro, quanto como as regras e normas sociais vigentes quando do nascimento de um ser humano. Contra a concepção do *self-made man*, Lacan reforça a importância basal da transmissão na constituição psíquica, uma transmissão efetuada através da fala, onde o pacto entre sujeitos pode ocorrer. Falando sobre a construção de noção de realidade, por exemplo, ele afirma “Trata-se, com efeito, de uma realidade estruturada pela presença de um certo significante que é herdado, tradicional, transmitido - e como? É claro, pelo fato de que, em torno do sujeito, fala-se” (Lacan, 1988/1955-1956, p. 291).

Dando seguimento a esse tema, no seminário sobre os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, Lacan faz um gráfico onde, de um lado, há o ser, representante do sujeito e, do outro lado, há o sentido, no campo do Outro. Na interseção desses campos, encontra-se o não-senso, representante do inconsciente. Na operação de alienação, é preciso fazer uma escolha forçada entre o ser e o sentido, entre o sujeito e o Outro. Tal escolha é comparada à alternativa entre a bolsa ou a vida “Se escolho a bolsa, perco as duas. Se escolho a vida, tenho a vida sem a bolsa, isto é, uma vida decepada.” (Lacan, 2008/1964, p. 207).

De forma semelhante, o sujeito precisa escolher, forçadamente, o sentido no campo do Outro, o que acarreta na perda de uma parte do ser, para não perder tanto o ser quanto o sentido. “Escolhemos o ser, o sujeito desaparece, ele nos escapa, cai no não-senso - escolhemos o sentido, e o sentido só subsiste decepado dessa parte de não-senso que é, falando propriamente, o que constitui na realização do sujeito, o inconsciente” (Lacan, 2008/1964, p. 206). A alienação ao sentido do Outro é necessária para que a separação, posteriormente, possa ocorrer, assim como, nas operações de *estabelecimento da demanda* e de *suposição de sujeito*, a suposição de sujeito só será operativa se suportada por uma significação prévia.

Como essas operações se atualizam no caso de Danillo? Dos fragmentos apresentados, podemos recolher alguns pontos. Em primeiro lugar, o paciente inicia o atendimento proferindo uma série de nomes, sem dizer o próprio, como se se apresentasse a partir de colegas que conheceu, desde muito pequeno. Em segundo lugar, suas frases são lidas como repetições de falas de outras pessoas, ou seja, ele se diz na voz do outro. Podemos utilizar o esquema da escolha forçada entre o sujeito e o sentido do Outro para tentar pensar nessa situação clínica. Poderíamos dizer, a partir dele, que Danillo fez a escolha pelo sentido, mas algo se interpôs à operação de separação, que permite ao sujeito - aquele que difere do sentido pré-estabelecido - emergir. Entretanto, o esquema retrata uma situação mítica. É uma forma de representar uma operação que supomos fundar a constituição psíquica, mas que não pode ser isolada no desenvolvimento. Comumente, uma criança, apesar de alienar-se no sentido do Outro nos primórdios da constituição, não se torna a cópia exata de seus pais: pequenas diferenças, representantes do sujeito, sempre estão presentes. Inclusive, se uma criança utiliza um vocabulário muito complexo, tal como os adultos, temos um indício de que algo não vai bem. A apropriação dos sentidos do Outro e o jogo entre a alienação e a separação se dá constantemente ao passar dos anos.

Além disso, podemos pensar que, no momento em que sua mãe afirma que o filho não fala, ela acaba por apagar a suposição de sujeito que atribui um enigma e um saber ao outro. De forma semelhante, a partir do relato da terapeuta nº 7 sobre a infância do paciente, podemos supor que o estabelecimento da demanda, portanto, a suposição de sentido, se deu de forma tardia e precária, devido aos problemas orgânicos que Danillo possuía.

Apesar disso, há o momento em que Danillo se insurge contra a repetição, cantando uma música como quem contraria a afirmação da mãe de que ele não fala. E de fato, o paciente fala, existem, em alguns momentos, manifestações de sujeito. Dessa forma, não podemos nos contentar em acrescentar sentidos às suas manifestações, precisamos também tomá-las *ao pé da letra*, buscando mapear o que, afinal, Danillo nos diz. Essa busca se relaciona ao que afirmamos acima quanto à aposta de que as palavras proferidas pelo paciente se desenrolam no nível da fala e não apenas da linguagem. Ao mesmo tempo em que conseguimos identificar algumas manifestações de sujeito em Danillo, esse movimento se faz também na aposta de que essa dimensão se torne mais consistente na medida em que é identificada.

Resta uma pergunta, que talvez possamos responder ao final desse mapeamento e da tentativa de constituir uma história a partir de alguns traços do atendimento: na idade adulta, quando a estruturação a princípio já encontrou seu ponto de estabilização, qual pode ser a função da suposição de sentido e da suposição de sujeito?

O olho

Em “A Estrutura dos Mitos”, Lévi-Strauss (2017b/1955) propõe uma definição dessa estrutura narrativa que engloba, entre outros fatores, uma peculiaridade relativa à extensão temporal. Segundo o antropólogo:

Um mito sempre se refere a eventos passados, “antes da criação do mundo” ou “nos primórdios” - em todo caso, “há muito tempo”. Mas o valor intrínseco a ele atribuído provém do fato de os eventos que se supõe ocorrer num momento do tempo também formarem uma estrutura permanente, que se refere simultaneamente ao passado, ao presente e ao futuro. (Lévi-Strauss, 2017b/1955, p. 208)

Apesar de referir-se ao passado, o mito compõe uma estrutura permanente que tem por função organizar alguns elementos das relações sociais, de forma que um acontecimento situado no início, há muito tempo, dá condições de possibilidade para o presente e para o

futuro, historicizando determinado conjunto de normas e regras sociais. A narrativa dos primórdios, ainda que ficcional, transmite e permite uma determinada organização social. Lacan (1955/1956-1957), em articulação com as propostas de Lévi-Strauss, utiliza o conceito de mito para pensar a constituição psíquica. Para ambos os autores, os mitos vêm responder a um impasse. Entretanto, para o antropólogo, o impasse é geralmente fruto de uma mudança social, enquanto, para o psicanalista, os mitos são individuais e vêm responder a um impasse na constituição psíquica. Em ambos os casos, eles são estruturas sujeitas a uma série de transformações, mas que, apesar disso, compõem uma organização que se repete e se sustenta ao longo do tempo.

No texto “O mito individual do neurótico” (2008/1952), Lacan analisa como uma determinada estrutura, composta por elementos da história dos pais, marca a história de um sujeito, que, inconscientemente, se vê destinado à repeti-la. Poderíamos citar aqui inúmeros exemplos da literatura analítica, sendo o mais famoso o mito de Édipo. Édipo, inclusive, é um mito que sustenta a teorização sobre o mecanismo da repetição inconsciente, uma espécie de ficção dos primórdios da psicanálise. Sem saber sua história, o personagem tragicamente cumpre o destino que havia-lhe sido determinado quando do seu nascimento. Quando descobre que havia matado seu pai e casado com sua mãe, termina por cegar-se.

O caso que trabalhamos aqui, de forma contrária àqueles em que o mito é geralmente abordado, tem a característica de não inscrever uma história, de forma que a repetição que se coloca é aquela da ausência de história. A partir desses elementos, podemos pensar que uma direção de tratamento seria a construção/inscrição de um mito, ao contrário das análises de neuróticos, onde se busca deslocar algum elemento dessa estrutura. Quebrar a repetição, que, no caso de Danillo, é a repetição da ausência, poderia ser começar a repetir alguma história.

Neste sentido, gostaria de trazer uma sessão em que Danillo conta uma história, com início, meio e fim. Essa sessão é um dos únicos momentos em que o pretérito imperfeito aparece na fala do paciente.

Tomar banho fresquinho agora

Piscina

Tá fresquinho agora

Tomou banho de chuveiro

Limpar o olho

Limpar o nariz, lavar nariz

Papel, limpar o olho
Bota remédio no olhinho dela
Tudo sujo da(na) areia
Areia sim
Eu não gostando nada pra ti
Não faz da tia, tu viu, elefante, já viu elefante?
Molhou o olhinho
Elefante, tu tá elefante? Elefante que tá ali
Estão dromindo
Vão volta? Vamos
Tem outro
Caela estão dromindo
Vão volta? Vamos
12 aninhos
Elefante, eu já li conta (quantas) vezes
O urso e a flor em um bosque
Em um bosque **vivia** uma família de lindas margaridas
Ao sair da sua toca o urso reparou na beleza das flores
Que flores lindas! Vou levar um montão pra minha namorada
E vendo a tristeza das flores, um duende que **passava** por perto decidiu ajudar
Preparou uma bolsa cheia d'água
Quando o urso viu a flor disse “Que monita!”
Quando apertou a bolsa, deu um banho, o urso nunca mais quis apanhar flores
Deu, sabe tudo
Fica no céu, estrela, a lua, o sol, a nuvem

As sentenças “Piscina” e “Tomou banho de chuveiro”, são respostas a perguntas que fiz diante da primeira frase “Tomar banho fresquinho agora”. Vemos o banho remeter a outros cuidados com o corpo, incluindo o “olhinho” que precisa de remédio e que é molhado. Importante notar que o paciente fala “Bota remédio no olhinho dela”, referindo uma pessoa de gênero feminino, que precisaria de remédio nos olhos. Do material de outras sessões, podemos inferir que a sujeira na areia é xixi ou cocô. Há uma referência à idade, que vem após uma pergunta minha, “Quantos anos tu tem?”, e o substantivo “elefante”, que parece ser

um apelido, mas nunca tive uma referência da mãe a isso, e também, nunca perguntei. A história “O urso e a flor em um bosque” foi contada mais de uma vez, em mais de uma sessão. A transcrição acima é um compilado das vezes em que foi contada. Contudo, as duas últimas frases “Deu, sabe tudo” e “Fica no céu, estrela, a lua, o sol, a nuvem” foram proferidas apenas nessa sessão que inicia com o banho fresquinho e passa pelo corpo.

O pretérito imperfeito, presente na história, marca um passado há muito acontecido, um tempo mais distante que o pretérito perfeito, que pode ter ocorrido há um mês ou há dois minutos. Considerando que esse é um dos únicos momentos em que essa marca temporal aparece na fala de Danillo, é relevante perguntarmos-nos: essa história pode ter o estatuto de mito para ele? Se sim, qual estrutura ela reproduz e a qual impasse vem responder?

No momento em que essa sessão ocorreu, não tive nenhuma interpretação do material. Notei a referência aos cuidados com o corpo, mas não conectava a história do urso e da flor em um bosque com o início da sessão, muito menos dava importância às últimas frases, que concluem um certo conhecimento total, e ainda remetem a elementos imutáveis do mundo, como os astros e as nuvens (as últimas, imutáveis na sua contínua mutação). Entretanto, recuperando a história sobre o olho - relatada pela terapeuta nº 7, segundo a qual “Tudo começou no olho” - , e voltando ao material, tentando levar *ao pé da letra* o que o paciente diz, considerando o encadeamento de sua fala, podemos produzir uma construção. Essa construção, no decorrer do tratamento, orientaria a intervenção, ao que poderíamos avaliar seus efeitos e seguir trabalhando na hipótese. Mas, como o atendimento já se encerrou, ficamos apenas com as hipóteses recheadas de perguntas.

A escuta da mãe, a partir do relato da terapeuta que atendeu-a anos atrás, enlaça a referência aos cuidados com o corpo de forma diferente. Descobrimos, então, que a mãe tinha uma crença no sorriso reflexo dos bebês e que acreditava que os bebês nascem cegos. Os cuidados, na primeira infância, em função de um glaucoma, devem ter sido direcionados ao orgânico, com pouco investimento naquilo que parte do desejo. A partir desse fragmento, podemos pensar que o sorriso do paciente não era reconhecido ou investido, assim como suas falas, na vida adulta, são consideradas repetições. Essa estrutura parece permanecer ao longo do tempo nas estrofes que Danillo canta, “E os meus olhos ficam sorrindo e pelas ruas vão te seguindo, mas mesmo assim, fôges de mim”.

Nesse sentido, é interessante notar que, quando fala do cuidado com os olhos, Danillo diz “Bota remédio no olhinho dela”, referindo uma pessoa do gênero feminino. Talvez ele estivesse dizendo que alguém, que não ele, precisa de remédio para os olhos. A partir dos

fragmentos de história recuperados, podemos supor que quem precisa de remédio são aqueles, ou aquelas, que cuidam dele. Mesmo que a referência imediata seja a mãe, vemos que, ao longo dos atendimentos, assim como na escola, a ausência de registro é o traço que mais se inscreve. O efeito de não olhar se propaga nas relações de Danillo.

Quanto à história narrada, quando a escutei, supus que seu pensamento subjacente fosse “pobres margaridas, o duende fez muito bem em afastar o urso”. Entretanto, se tomamos a referência a “banho” e a “molhou o olhinho” como cuidados com o corpo que direcionam o paciente a uma vivência do orgânico, a qual toma o espaço daquilo que poderia ser enlaçado ao subjetivo, a história contada pode ter uma interpretação diferente. Ela pode ser uma forma de contar os impasses de Danillo frente à estruturação psíquica: viu “monitas” margaridas, foi apanhar e levou um banho - de água, de colírio -, e nunca mais quis apanhar flores.

Após a narrativa, Danillo conclui com “Deu, sabe tudo”. Essa frase pode ser escutada de, pelo menos, duas formas. A primeira, de acordo com a grafia acima; a segunda, aproximando o “s” de “sabe” do “Deu”, o que nos deixa com “Deus, sabe tudo”. Em ambas, Danillo não precisa contar mais nada. Quem “sabe tudo” é o Outro, o que lhe deixa sem possibilidade de fala. Se o Outro tem o conhecimento total, não há nada mais que possa ser dito. Isso só é potencializado no caso de escutarmos “Deus, sabe tudo”, pois Deus é justamente o Outro onipotente e onisciente, sem faltas. Sobra no céu “estrela, a lua, o sol”, uma imagem que podemos relacionar ao divino, mas também àquilo que a gente encontra sempre no mesmo lugar. Uma exceção a essa regra são as nuvens, representantes da constante mutação. Talvez nos apoiando nelas, possamos pensar na possibilidade de algum deslocamento. Por mais que forneçam um apoio inconstante e fugidivo, seu contraste com os astros nos diz que nem tudo está sempre no mesmo lugar, podendo constituir novas formas a cada mudança do vento.

Pagamento

Anteriormente, perguntei se as palavras proferidas por Danillo situavam-se no nível da linguagem, informativa, ou da fala, evocativa. Segundo Lacan (2010/1954-1955), enquanto a linguagem comunica no nível da informação, a fala é introduzida no discurso no momento em que o sujeito faz uma afirmação sobre si a partir de sua relação com o Outro. Ela está no nível da evocação e do ato que funda uma relação. A fala funda um pacto entre dois sujeitos, assimétricos, e, contudo, capazes de reconhecer um ao outro como sujeitos. A pergunta sobre

as palavras de Danillo é uma pergunta sobre sua consideração do Outro enquanto alteridade, a qual parece inexistente no momento em que um terapeuta diz que Danillo era incapaz de trocar, ou que apenas falava coisas sem sentido.

Dessa forma, é interessante fazer algumas considerações sobre o pagamento. Na instituição onde ocorria o atendimento, o pagamento é variável e acordado entre terapeuta e paciente. Entende-se que o pagamento tem uma função no atendimento e na transferência, e muitas vezes tem relação com o investimento que o paciente faz no espaço. Contudo, em alguns casos, apesar de não pagar, o paciente investe no atendimento de outras maneiras. A função do pagamento varia de caso a caso, de acordo com a relação que o paciente tem com o dinheiro, por exemplo, e alguns pagamentos podem ser simbólicos, operados por alguma produção do paciente, ao invés de concedidos por um valor monetário.

Na época em que comecei a atender Danillo, sua mãe estava sendo atendida por uma terapeuta e, segundo ela, tinha uma dívida bastante grande com a instituição, referente ao pagamento de seu atendimento. Após quatro meses sem pagar o atendimento do filho, cujo valor foi acordado em cinco reais por sessão, levei a questão do pagamento para a supervisão. Minha supervisora sugeriu manter o valor acumulado até ali (o qual a mãe nunca pagou) e, a partir daquele momento, propor para o paciente um pagamento simbólico, efetuado por ele.

Durante a sessão, falei sobre o pagamento com Danillo. Disse que poderia ser algo que ele fizesse durante o atendimento e quisesse dar para a instituição, que ficaria nos corredores, como outras produções de outros pacientes. Nessa época, ao invés de escrever seu nome ao início das sessões, Danillo pegava uma massinha e fazia bolinhas. Ele não possuía uma caixa de brinquedos, mas eu levava folhas, lápis de cor, massinha e, por um tempo, uma bola pequena. Nesse dia, após a explicação sobre o pagamento, ele estende a mão na minha direção. Abro minha mão e ele me dá uma bolinha de massinha, de cor verde. Algumas semanas depois, conversamos novamente sobre o pagamento (algo que tomava bastante tempo do atendimento, então decidi que seria um pagamento mensal) e ele novamente me entrega uma bolinha de massinha, dessa vez, marrom. Foram as únicas vezes em que o pagamento ocorreu.

A partir deste ato, podemos construir algumas hipóteses. Uma delas é que Danillo entendeu o que eu estava dizendo e, nas duas sessões que abordei o assunto, ele pagou. Nesse sentido, ele funda, com o ato de entregar a bolinha de massinha, um pacto entre terapeuta e paciente. Podemos considerá-lo um ato de fala, que responde, em parte, nossa pergunta sobre as palavras proferidas por Danillo. Entretanto, é um pacto que não se sustenta em outras

sessões, sendo necessário que eu retome o assunto. Dessa forma, o pacto precisa da proposição de alguém, que faça função de Outro, para se sustentar. Nesse sentido, em relação ao pagamento, Danillo é capaz de falar quando convocado, mas não evoca o Outro.

Não podemos esquecer que, mesmo que suas palavras pareçam operar no nível da linguagem, como meramente informativas, a forma como elas são recebidas gera efeitos naquele que as profere. Se as tomamos no nível evocativo, como uma fala que porta uma mensagem, podemos apostar que, mesmo que a princípio elas não tenham o propósito de comunicar, à medida em que são tomadas nesse registro, podem retornar ao sujeito como mensagens (Laznik-Penot, 1997). Aquele que escuta faz um esforço de colocar-se no lugar de endereçamento e de escutá-las como uma demanda, sustentando o pacto, mesmo que ele não evoque o Outro.

Titia apagou a luz

Na segunda sessão de Danillo, após afirmar que Juliana bateu na Andressa e que a bola está ali na água, ele diz “Apagou a luz, titia. Deixou no escuro”. Não entendi a que essas frases se referiam no momento em que Danillo as proferiu, mas, a partir de um relato da mãe, entendo-as um pouco melhor. Segundo ela, quando criança, Danillo foi ensinado pelo avô a apagar as luzes quando era dia. Então, na escola, o menino insistia em desligar as luzes da sala de aula, apesar dos protestos da professora. Cansada do comportamento de Danillo, a professora colocou-o em uma sala escura, sozinho. Cerca de vinte anos depois, Danillo ainda fala sobre o ocorrido. Em outra sessão, ele refere a situação da seguinte maneira:

Titia apagou a luz
A titia apagou a luz
Deixou no escuro
Tem gente lá
Titia apagou a luz
Acende
Deixou no escuro

Vemos, na primeira vez em que a frase aparece, a relação desta com o ambiente escolar - pois Juliana e Andressa são colegas de Danillo -, assim como a relação deste

ambiente com o bater - já que uma colega havia batido na outra. Não sei se ambas as situações aconteceram na mesma época, contudo sabemos que ambas ocorreram dentro da escola.

Da primeira vez que ouvi essa frase, imaginei que Danillo dizia para a titia, uma professora, que a luz havia apagado, como quem constata uma súbita queda de energia. Danillo dizia “Apagou a luz, titia. Deixou no escuro”. Nessa frase, “Titia” está no final da sentença, atuando como vocativo e não como sujeito. Imaginava uma sala de aula com várias pessoas no escuro, e supunha uma dificuldade do paciente em lidar com a escuridão dentro do ambiente escolar. Nunca imaginei que era possível enxergar nesse cenário, o que era possível, segundo a relato da mãe, pois era dia. Danillo dizia “Deixou no escuro”, o que me remetia às primeiras faltas de luz de que tenho lembrança, quando tateava os móveis para saber por onde andar, com muito medo do que não podia ver. Supunha que esse desamparo de não conseguir enxergar era o motivo de seu apelo “Apagou a luz, titia”.

Contudo, o refrão “Titia apagou a luz” inverte a posição da titia, de vocativo para sujeito. E, se tínhamos alguma dúvida quanto a pontuação da frase - pois “Titia” ainda poderia ser um vocativo se colocássemos uma vírgula antes de “apagou a luz” -, ele reafirma a posição de sujeito da personagem dizendo “A titia apagou a luz”. Foi ela quem deixou no escuro. E a pessoa deixada no escuro é Danillo, não todos da sala. “Tem gente lá” ele diz, o que podemos supor se referir aos colegas, em outra sala. Há um pedido para acender a luz, “Acende”, imperativo da segunda pessoa do singular, o qual podemos supor atuar em dois planos: o pedido da professora para que o aluno acenda a luz, algo que ele não conseguiu cumprir, sendo então deixado sozinho no escuro; e um fragmento que Danillo repete da fala da professora, como tentativa de entender o motivo de ser deixado sozinho no escuro, e, dessa forma, um pedido para sair da condição em que estava, para sair da sala escura.

Apesar de insistentemente desligar as luzes da sala, ser deixado sozinho no escuro parece ter outro peso para Danillo, muito diferente do cumprimento de uma regra transmitida pelo avô. Afinal, desligar as luzes elétricas quando é dia não equivale a ficar na escuridão. Por sua inadequação, por sua dificuldade de convivência, o paciente é deixado de lado. E, em um caso de fragilidade subjetiva como o dele, podemos pensar que deixá-lo de lado ou deixá-lo no escuro reafirma seu desamparo de não ser entendido e de não ser reconhecido como sujeito.

Pra ti agora Danillo não tem

Em seu texto “A Negação”, Freud (2011a/1925) discorre sobre como um conteúdo inconsciente pode passar pela barreira do recalque através do acréscimo da negação. Essa adição permite a consideração do conteúdo intelectual, sem sua concomitante aceitação. “A negação é uma forma de tomar conhecimento do que foi reprimido, já é mesmo um levantamento da repressão, mas não, certamente, uma aceitação do reprimido” (Freud, 2011a/1925, p. 277). Assim, quando escutamos “Eu não desejo nenhum mal para ele”, ou “Eu nunca faria isso”, temos um indicativo de que a representação de desejar mal a alguém ou de realizar um ato inimaginável está inscrita no psiquismo, apesar de recalçada. Sua aparição acompanhada da negação é uma brecha por onde o inconsciente se apresenta.

Entretanto, esse mecanismo, como descrito por Freud, só pode ser aplicado às neuroses. No campo das psicoses, ele ganha outros contornos, dado que a estrutura nas psicoses não se organiza predominantemente⁹ pelo recalque, mas pela forclusão. Ou seja, ao invés de uma afirmação sucedida por uma negação, a afirmação não ocorre e o conteúdo que seria posteriormente recalcado não chega a se inscrever. Portanto, não há uma afirmação para ser negada pela consciência. Segundo Madeira e Moschen:

Logo que Lacan (1955/1998, p. 388) assinala que a “*Verwerfung* corta pela raiz qualquer manifestação da ordem simbólica, isto é, da *Bejahung* que Freud enuncia como o processo primário em que o juízo atributivo se enraíza”, abre um campo fértil para que o mecanismo fundamental e diferencial das psicoses seja tencionado à operação de afirmação-expulsão primordial das neuroses. (Madeira & Moschen, 2017, p. 396)

Apesar disso, percebemos clinicamente que o fenômeno da negação tem lugar nos discursos psicóticos e produz efeitos clínicos. O que nos leva à pergunta: qual pode ser a função da negação em uma estrutura psicótica? Madeira e Moschen (2017), propõem a grafia (de)negação, para diferenciar este mecanismo da denegação freudiana, e sugerem que uma (de)negação psicótica pode apontar para uma tentativa de inscrição fora do tempo.

Nesse sentido, nos parece importante assinalar o papel que a ausência e a negatividade têm na constituição psíquica segundo a teoria lacaniana. Lacan articula o conceito de negatividade à linguagem, a qual permite a abertura para a criação a partir do assassinato da coisa. A linguagem, na medida em que nega o mundo, constrói a realidade humana. Levando essa concepção ao seu extremo, o psicanalista afirma que a presença só pode existir frente à

⁹ Consideramos que as nuances de uma estrutura psíquica são mais complexas do que a simples oposição entre forclusão e recalque. Dessa forma, seria peremptório afirmar que em uma estrutura psicótica não há recalque, assim como que em uma estrutura neurótica não pode haver forclusão.

ausência (Lacan, 2009/1953-1954). Assim como um rastro só pode se constituir a partir do apagamento, a realidade humana, para o autor, é composta a partir do jogo entre ausência e presença, o qual permite evocar pela linguagem um objeto ausente, ou fazer desaparecer um objeto presente. Nas suas palavras, “a manifestação de um simples par de símbolos em face do fenômeno contrastado da presença e da ausência, quer dizer, a introdução do símbolo, inverte as posições. A ausência é evocada na presença, e a presença na ausência.” (Lacan, 2009/1953-1954, p. 229)

Na sua concepção, a palavra cava uma ausência na presença. No que seria pura presença, e, portanto, nem presença seria, já que não há ausência para demarcar sua existência, a palavra, pela nomeação, cria ausência, a partir da qual pode haver presença e ser. Dessa forma, Lacan concebe o desejo como negativo, na medida em que é criado pela linguagem. “O desejo é uma relação de ser com falta. Esta falta é falta de ser, propriamente falando. Não é falta disto ou daquilo, porém falta de ser através do que o ser existe.” (Lacan, 2010/1954-1955, p. 302). Para Lacan, o desejo não é plenamente objetivável, pois não se esgota na apreensão de um objeto específico que falta. É falta de ser, ou seja, processo constante de realização do ser que se produz na criação pela palavra. Uma nomeação de nada que seja anterior, mas que, quando é nomeado, ressignifica a cadeia como se sempre estivesse ali. Em outras palavras,

[...]é na medida em que o símbolo permite essa inversão, quer dizer, anula a coisa existente, que ele abre o mundo da negatividade, o qual constitui, ao mesmo tempo, o discurso do sujeito humano e a realidade do seu mundo enquanto humano” (Lacan, 2009/1953-1954, p. 229).

A partir dessa concepção teórica, a permanência dos objetos, ao contrário do que poderíamos pensar, só pode se constituir na pulsação entre ausência e presença. Sem esse jogo, podemos supor que a vivência da ausência é semelhante a que deve ter um bebê recém nascido: no momento em que o objeto sai do seu campo de visão, é como se não mais existisse.

Nesse sentido, considerando os elementos do caso de Danillo apresentados até aqui, tais como a fragmentação de seu discurso, a ausência de história e de registro, e a sua relação com o Outro, cuja evocação é inconstante e efêmera, gostaríamos de pensar no papel da ausência na sua estrutura psíquica, a partir de recortes do material de sua fala. A ausência de registro no caso de Danillo, na medida em que o registro, de forma semelhante à presença, precisa de um apagamento para que possa ser efetuado, nos aponta para uma particularidade

neste caso, relativa à inscrição da ausência. A hipótese com que trabalhamos aqui é que a insistência com que a negação surge no discurso de Danillo estaria vinculada a uma tentativa de inscrição da ausência, a qual dá condições para a permanência psíquica do objeto e, dessa forma, inscreve a possibilidade da presença. Sem a (de)negação a que o paciente recorre, podemos supor que a vivência da efemeridade dos objetos seria muito mais sofrida, apesar de aparentemente ele não passar por esse processo sem algum sofrimento.

O “não” se repete em diversas sessões. Ele assinala a finitude dos alimentos ou a irrecuperabilidade de objetos que se estragam. Por exemplo, Danillo afirma que a balinha, ou a pipoca, “não tem mais”. Por vezes, faz um pedido para que se compre, ou conserte, a comida que acabou ou o objeto que estragou. Geralmente, após o pedido, surge a negação, como em “Estourou o balão? Comprar outro. Outro balão, não tem mais”. Em uma das sessões, após o balão estourar, o paciente afirma “Quico está chorando”, e imita o personagem, levantando da cadeira, colocando o braço na frente do rosto e imitando um choro.

Recorrentemente, ele diz simplesmente “Não tá aí, coração”, por vezes substituindo o coração por “corassim”. Além da finitude, temos o desaparecimento, com perguntas sobre o paradeiro do chinelo, por exemplo. Na medida em que a constatação da finitude e do desaparecimento retornam na fala de Danillo, podemos pensar que essa repetição é uma tentativa de inscrever a ausência, tornando possível a presença, e, dessa maneira, a existência para além do desaparecimento. Constatar a falta, como uma forma muito específica de (de)negação psicótica, poderia ser uma maneira de simbolizar os objetos.

Em duas sessões, as quais analisaremos mais detidamente, surge uma referência a uma caixa de brinquedos. Até poucos anos atrás, cada criança atendida na instituição tinha sua própria caixa de brinquedos, onde eram colocados o nome da criança e o do terapeuta. Não sei quando Danillo deixou de ter uma caixa, mas sei, pelo tempo que o paciente está na instituição, que essa decisão foi tomada, provavelmente, devido à sua idade. É difícil saber em que momento decidiu-se que Danillo não era mais criança e, portanto, não precisava mais de uma caixa, pois essa decisão não é determinada por um marco etário definido institucionalmente. Sabemos apenas que as caixas são reservadas às crianças. Mas, considerando caso a caso, não seria inviável que Danillo mantivesse a sua.

Em uma sessão, Danillo conta o momento em que deixou de ter uma caixa da seguinte maneira “Não dá pra abrir o armário. Pegar o armário. Não pegou a caixa. Tu. Caixa de brinquedo. Não tem”. Nessa sequência, ele inicia com uma frase onde a responsabilidade pela

impossibilidade de abrir o armário e de pegar a caixa não é de ninguém. Não há um sujeito determinado na frase. Entretanto, logo em seguida, Danillo passa do verbo no infinitivo, “pegar”, para a forma conjugada e acompanhada da negação, “não pegou”. Após, afirma “Tu”. Com a conjugação do verbo e a nomeação da segunda pessoa do singular, não há dúvidas de quem deixou de lhe dar esse objeto, foi “tu”, que podemos supor ser o Outro. Dessa forma, talvez seja um momento em que Danillo evoca o Outro, no sentido de se dirigir ao Outro com uma demanda pela caixa de brinquedos. Em uma segunda sessão, a ausência da caixa aparece na seguinte sequência:

Não pegou a caixa
Pra ti agora Danillo não tem
Massinha de modelar
Chamarta levou
Boba, feio, guri grande, o gurizinho toma
É dele gurizinho
Triste contigo
Eu to triste contigo
Chuvinha
Vai tu ali, quer voltar de lá
De manhã tu brinca, de noite tu brinca. Em casa tu toma
Não tem cola/cora/agora lá
Bem gelada
Pegar as duas
Suco, suquinho
Chá
Comida, pra ganhar suco
Faz mal da barriga
Não consigo

Transcrevi essa sessão devido a dois elementos importantes. Na primeira sessão, Danillo fala “Não pegou a caixa. Tu”, sem fazer referência a si, mas situando muito bem quem deixou de pegar a caixa. Na segunda, o paciente está presente na frase “Pra ti agora Danillo não tem”. Notamos que a ausência ou a presença dos objetos é fraseada, nos diversos

momentos em que aparecem, em termos de “ter” ou “não ter”, com ênfase no “não ter”, como no caso da bala e da pipoca, ou, também, do balão. Entretanto, nessa sentença em especial, é para Danillo que não tem mais. O “ter” e o “não ter” não estão referidos a parâmetros de existência ou inexistência do objeto. No caso das comidas, quando acabam, deixam de existir, pois foram consumidas. No caso da caixa, ela ainda existe, apenas não está mais disponível para Danillo.

Podemos supor que essa perda da caixa aborrece o paciente, que, em seguida, profere alguns “xingamentos”. Ele diz “Boba, feio, guri grande, o gurizinho toma”. É interessante notar que, na hipótese desses “xingamentos” serem dirigidos a outras pessoas, que não o próprio Danillo, eles são uma forma de evocar o Outro, de lhe fazer um apelo. Há, em “Boba, feio”, uma referência a uma pessoa do gênero feminino e a outra do gênero masculino. Boba, talvez seja quem deixou de pegar a caixa, talvez seja eu, talvez seja Chamarta que “levou”. Feio é um adjetivo que se liga metonimicamente a boba, mas também a “guri grande” pela sequência e pela terminação, agora masculina. Podemos supor que “guri grande” é o paciente, que deixa de poder ter uma caixa por não ser mais criança. Quem pode ter a caixa é o gurizinho. Apesar de não sabermos a que se refere o verbo, o gurizinho “toma” algo.

Logo em seguida, Danillo fala “Triste contigo”. Pergunto “Tu tá triste comigo?”. Ele responde “Eu to triste contigo”, quebrando o padrão de repetição da frase para dar lugar ao “eu”. O surgimento da primeira pessoa do singular, no momento em que Danillo parece registrar uma perda de forma diferente de quando um alimento acaba, nos conduz a algumas reflexões sobre a ausência e as condições de possibilidade para assumir uma posição de sujeito.

Lacan estabelece, em sua teoria, algumas diferenças entre o *je* e o *moi*, ambos utilizados, gramaticalmente na língua francesa, para representar o eu. Contudo, enquanto o *je* é sujeito das frases, o *moi* entra na posição de objeto. Em função dessa diferença gramatical, o *je* ganha o estatuto, na teoria lacaniana, de representante do inconsciente, enquanto o *moi* é identificado ao *ego*, uma instância imaginária de autopercepção que é fonte de desconhecimento.

Apesar disso, não significa que, sempre que alguém utiliza o *je*, sua sentença traga algum conteúdo inconsciente. Apesar de utilizar o eu como sujeito da frase, o emissor pode estar referido a um registro imaginário de si mesmo, no qual se desconhece pois toma a si mesmo como objeto. Na língua portuguesa, ainda temos outras complicações na utilização destes pronomes - conceitos -, dado que o “mim” não é tão utilizado quanto o *moi*. O

importante de estabelecermos aqui é que, quando alguém diz “eu”, pode dizê-lo tanto desde uma posição egóica quanto a partir de uma irrupção inconsciente.

Dessa forma, no que nos embasamos para afirmar que o surgimento do “eu” na fala de Danillo está relacionado a uma posição de sujeito? Como sabemos se ele fala a partir do *je* ou do *moi*? Nas construções de suas frases, Danillo ecoa, na maior parte do tempo, o que outra pessoa diz, colando-se à posição de enunciação do outro. Portanto, no momento em que ele utiliza o “eu”, o que está em questão não é a distinção entre o *je* e o *moi*, mas entre o eu e o Outro. Ser sujeito, nesse contexto, não equivale a ser sujeito do inconsciente, mas diz da possibilidade de construção de uma posição singular em relação ao Outro.

Como falamos anteriormente, a psicose está organizada predominantemente pela forclusão, e não pelo recalque. No caso de Danillo, não lidamos com uma psicose delirante, com uma história organizada, ou com um sujeito que fale em primeira pessoa. Mas sua estrutura, se é que podemos chamá-la de psicótica, não opera no registro do recalque, de forma que nosso objetivo, enquanto o escutamos, não é levantar a repressão. A nossa posição de escuta se aproxima mais daquela de dar condições para que ele possa afirmar um “eu”, seja o *je* ou o *moi*, do que de diferenciar os registros do enunciado e da enunciação.

Nesse sentido, quando Danillo responde “Eu to triste contigo”, testemunhamos o aparecimento de uma posição de sujeito. Ela vem acompanhada de uma evocação do Outro, pois, frente à impossibilidade de obter um objeto, ele se dirige àquele que lhe frustra, declarando sua tristeza. Além disso, na medida em que essa frase vem quando algo é perdido, seja a caixa ou a liberdade de ocupar uma posição infantil, podemos pensar sobre como a inscrição da falta se articula a esta afirmação do “eu”. No momento em que Danillo situa uma perda restrita a si, o “eu” se diferencia do “tu”. Apesar disso, não é uma posição que se mantém deste ponto em diante, mas um surgimento ocasional, que poderia nos apontar possibilidades de trabalho.

Na transição dessa sessão, observamos que a sequência do discurso de Danillo segue com restrições que parecem ter sido proferidas por outra pessoa, como “De manhã tu brinca, de noite tu brinca. Em casa tu toma” e “Não tem cola/cora/agora lá”. Lembremos que “o gurizinho toma”, enquanto, nessa sentença, Danillo fica restrito a “tomar” em seu ambiente familiar. A sessão termina com outra frase do paciente em primeira pessoa, “Não consigo”. Essa sentença foi dita frente à sua vontade de pegar uma folha dentro da pasta, comunicada através do olhar e do gesto. Entendendo que Danillo queria pegar a folha, eu tinha dito “Pode

pegar”, ao que ele afirmou sua incapacidade, mesmo tendo todas as condições físicas para completar a ação.

A falta, nessa situação, também está situada no lado do paciente, pois, a princípio, eu seria capaz de realizar o movimento que ele não é. Além disso, sua afirmação pode ser interpretada como um pedido: pega para mim. No momento em que uma ausência é inscrita e relacionada a Danillo, ele evoca o Outro e diferencia, na sua fala, as posições do “eu” e do “tu”.

Bateu

O tema da ausência se relaciona, em alguns momentos, com um significante que aparece em contextos bastante diversos na fala de Danillo: bateu. O verbo “bater” nem sempre está conjugado dessa forma, no passado. Contudo, ele nunca é conjugado em primeira pessoa. Bater é uma ação que acontece, na fala de Danillo, independentemente do paciente. Um dos contextos em que tal significante surge é o da agressão. Ele é relacionado, pela mãe, às crises de agressividade do filho, pois ela descreve a ação de Danillo nesses momentos como bater. Na medida em que, por vezes, esse significante se relaciona à ausência, podemos formular a hipótese de que a falta, em determinados momentos, causa uma resposta agressiva. Vejamos os recortes do material onde “bateu” e suas variações aparecem, para ver o que nos permite pressupor tal hipótese.

Algumas das frases com este verbo são aparentemente bobas, tais como “Galinha, falando galo, falando rato, batendo pato, gato”. Outras, nem tanto, como quando Danillo conta que Juliana bateu na Andressa. Uma sequência em especial, chama a atenção: começa com uma referência vaga a bateu (não sabemos o que foi batido, nem quem realizou a ação), e, em seguida, se relaciona a algo que causa sofrimento, assim como à ausência.

Bateu lá na rua

Pois é solimão

Eu tô desesperada

Cada vez minutos por dia

Cabô

A bola pra jogar

Balinha, não tem mais pirulito, acabô

Vemos que, nessa sequência, há uma contiguidade entre bateu, desespero, fim e bola. Tal relação nos remete a um comentário do terapeuta que passou o caso de Danillo para mim. Ele transmitira, algumas cenas contadas pela mãe relativas à agressão, mas afirmara que Danillo nunca foi agressivo com ele. O único momento mais agressivo foi quando o terapeuta comunicou que não iria mais atendê-lo e, então, Danillo segurou seus braços com um pouco mais de força.

É importante notar que, apesar da mãe descrever o ato como “bater”, Danillo segurava os braços e as mãos das pessoas, apertando-as e sacudindo-as. Tinham ocorrido situações na escola e em casa. Quando relatava esses momentos, a mãe completava “não somos mais jovens”, se referindo à ela e ao pai de Danillo, “ele é forte, daqui a pouco vai nos machucar”.

A mãe não conseguia entender o que causava essas crises no filho. Considerava esses momentos inesperados e fruto de alguma mudança de humor, sem referência a algo que tenha sido falado ou a algum acontecimento. Uma das frases em que Danillo utiliza o verbo “bater” é “Batendo no teu pai”. A mãe relata que, quando Danillo age dessa forma com o pai, ao mesmo tempo fala “Não faz assim papai”. Ela conta que o pai não está fazendo nada, que Danillo é quem está batendo nele. O pai, com um pulso machucado, esconde um dos braços quando Danillo vai para cima dele. Inconformado, Danillo fica decidido a segurar justamente o braço escondido. Quando ele diz essa frase em sessão, pergunto se está brabo com o pai, ou brabo com alguma coisa. Ele responde “Brabo com alguma coisa”.

Nesse sentido, parece-nos interessante investigar qual a relação entre o bater e a mão, a qual surge apenas em dois recortes do material. Em um deles, aparece de forma um tanto quanto indireta. Nessa sessão, em especial, Danillo faz imitações gestuais para acompanhar sua fala, como se estivesse brincando de mímica. Por exemplo, pergunta “Tá gostoso?”, e, ao responder, “Danoninho”, mimetiza o ato de tomar um danoninho. Também diz “Bate com martelo”, e encena o ato de dar marteladas, incluindo uma onomatopeia do gesto¹⁰. Uma sequência em torno dessas expressões se repete, e entre as repetições há uma encenação de Chapolin atendendo o telefone.

Tá gostoso?

Danoninho

Danoninho

Tá gostoso?

Tá gostoso?

E você

¹⁰ É possível que tal encenação esteja relacionada com o martelo de Chapolin, a marreta biônica.

E você pega a mão, pegou a mão	Pega aqui
Pega aqui	O martelo
Pegou	Bate com o martelo
Não acetou	Martelo
Tã, tã, tã	Não acetou?
Aê	Aê
Bate com martelo	

A relação entre a mão e o bater, neste recorte, se dá a partir da frase “E você pega a mão, pegou a mão”, assim como a partir de uma suposição gerada pela encenação de Danillo e pela pergunta “Não acetou?”. Após a pergunta, o paciente comemora, dizendo “Aê”. Na primeira sequência, primeiro fala “Não acetou”, faz a onomatopeia das marteladas e então comemora, finalizando com “Bate com martelo”. A suposição em questão é de que, ao não acertar o prego, o que se acerta é a mão. Dessa forma, Danillo estaria comemorando a batida do martelo na mão, assim como “pegar a mão”, nesse caso, pode estar relacionado com o martelo pegar na mão.

O segundo momento em que a mão se relaciona com o bater no material será abordado na seção seguinte. Por enquanto, parece-nos importante salientar alguns pontos. O primeiro é a relação entre a ausência e a agressão, direcionada pela sequência bateu-desesperada-cabô-bola, e pelo relato do fim do atendimento anterior. O anúncio da ausência, e, portanto, da perda do terapeuta anterior, parece causar sofrimento em Danillo, que reage apertando os braços do terapeuta. A partir de nossa construção sobre o jogo entre ausência e presença no caso de Danillo, podemos supor que a perda e a falta provocam efeitos significativos no paciente, que frequentemente repete os momentos em que algo acaba, some, ou está fora de seu alcance. Contudo, esse é apenas um recorte de um momento em que o paciente ficou mais agressivo, de forma que não temos como alçar essa hipótese ao patamar de uma generalização, já que os relatos de outros momentos de agressividade, e de momentos mais intensos que esses, ficam muito enigmáticos.

O segundo ponto é a forma como o verbo “bater” sempre está referido, na estrutura de suas frases, a uma outra pessoa, que não o paciente. “Bati” não parece ser um significante que faz parte de seu vocabulário. Nesse sentido, é interessante notar que, quando bate no pai, Danillo fala, “Não faz assim papai”, como se o pai estivesse de alguma forma lhe agredindo.

O terceiro ponto é a aproximação, tanto a partir da fala da mãe quanto a partir da sequência do martelo, entre o bater e a mão. Essa relação nos leva a buscar os momentos em que o significante “mão” aparece no material. Curiosamente, nos deparamos com dois fragmentos em que Danillo diz “perta a mão”. Um deles está relacionado com os medos do paciente, principalmente o medo de ser mordido, ou papado, comido. Isso nos direciona a uma segunda hipótese relativa à agressão: podemos considerá-la uma defesa contra a devoração. Vejamos como tal hipótese se desenrola no material, começando pela análise dos medos.

Medo e devoração

Vimos a importância das comidas para Danillo na seção que trata da ausência. Curiosamente, seus medos se relacionam com o inverso dessa atividade tão valorizada: tem medo de ser mordido, papado, comido. Além disso, quando parado, sem falar, Danillo quase sempre está de boca aberta. A boca é um dos orifícios corporais que regulam o trânsito entre o interno e o externo. A princípio comandado pela necessidade de nutrição, o orifício oral logo se articula com o olhar e com a fala, ou seja, com o contato que o bebê tem com seus cuidadores quando se alimenta. Dessa forma, a relação com o Outro vai modulando a pulsação entre o fechado e o aberto, inscrevendo, aos poucos, a separação entre o eu e o Outro. Notamos que, para Danillo, o medo de ser comido está articulado, por contiguidade, à dificuldade de controle dos esfíncteres. Tal controle também se constitui a partir da simbolização do corpo e da separação entre o externo e o interno. Assim, trabalhamos com a hipótese de que o medo da devoração, em uma inversão da posição ativa para a passiva, de comer para ser comido, está associado com uma relação transitivista com o outro.

Essa forma de relação, calcada no registro imaginário, está associada, também, à agressividade. Ela é descrita por Lacan (1998a/1948) articulada ao estágio do espelho e à captura pela *imago* do semelhante. Segundo o autor, o processo de constituição psíquica inclui um período de transitivismo, normal durante o desenvolvimento entre os seis meses e os dois anos e meio. Ele é caracterizado por uma confusão entre o eu e o outro. “A criança que bate diz que bateram nela, a que ver cair, chora” (LACAN, 1998a/1948, p. 116). Esse fenômeno ocorre em função da identificação à *imago* do semelhante, necessária para a constituição de uma borda corporal. O sujeito aliena-se à imagem do outro, externa a si, como uma forma de antecipar o domínio das funções motoras. Entretanto, tal alienação é fonte de confusão e de

agressividade, na medida em que o sujeito reconhece seu desejo a partir da imagem do outro e concorre com ele pelo mesmo objeto. A agressividade surge como forma de separação deste outro alienante. Aos poucos, ela seria resolvida através de uma mediação simbólica e, após esse período, cujo marco são os dois anos e meio, o transativismo deixaria de ocorrer, dando lugar a outras formas de identificação.

Contudo, é importante ressaltar que essas marcas temporais são aproximadas. Por mais que exista uma noção de desenvolvimento, não podemos dizer, com Lacan, que um estágio da constituição psíquica é superado para dar lugar a outro. Sempre é possível que um modo de operar na linguagem que tenha tido inscrição possa se atualizar quando já não tem mais prevalência como forma de laço ao Outro. Lacan inclusive critica certas noções desenvolvimentistas na psicanálise, como a regressão, uma vez que elas supõem um estágio ideal onde se deveria chegar, o qual, não raro, equivale à integração do ego identificado ao ego do analista.

No caso de Danillo, vemos o transativismo operando quando, por exemplo, ele bate no pai e afirma “Não faz assim papai”, como se o pai fosse aquele que estivesse lhe batendo. Vejamos como isso se articula ao medo da devoração e à constituição de uma borda corporal, responsável por delimitar o externo e o interno.

Quando Danillo fala sobre medos, geralmente algumas figuras acompanham a palavra, tais como: o cachorro, o peixe e o gasparzinho. Um exemplo é a sequência “Ele. Cachorro. Gasparzinho. Superhomem. Qua-qua-qua-qua-qua. Tem medo gasparzinho”. Nesse recorte, o gasparzinho parece ser aquele que tem medo, ao invés da personagem assustadora. Em outra sessão, relativa ao cachorro, o paciente diz:

Cachorro morde
Tem medo do cachorro
Vou te levá pra cachorro
Foguete
Barulho
Já fez um monte de xixi

Aqui, o cachorro é o elemento assustador e, inclusive, parece ser usado como ameaça na frase “Vou te levá pra cachorro”. Em seguida, aparece uma referência a xixi. É um primeiro indício que temos da associação entre o medo e o controle dos esfíncteres, ou

melhor, seu descontrole. Em um segundo recorte, mais longo, o paciente fala diversas vezes sobre xixi e cocô. Fala sobre fazê-los nos lugares errados, e, então, afirma que “Não dá para fazer”. Em seguida, fala de seus medos.

Brincou na areinha
Escrevendo
Cagado
Cocô no chão
Tudo sujo na areinha
Tudo cagado
Cocô é no vaso
Oito anos
Não faz na calça
Já fez xixi, já fez
Mijou xixi, limpei tudo, limpo tudo aí
Mijou o banheiro
Fez xixi, esququinho do zaffari
Zaffari mijou o banheiro
Não dá pra fazer
Tem medo do peixe
Aperta o peixe
Peixe vai morder
Peixe vai morder
Cachorro morde
Cachorro não morde
Que medo do peixe

A areinha parece ter sido suja por cocô. A calça e o banheiro do Zaffari, por xixi. “Não dá pra fazer” parece ser uma referência à impossibilidade de fazer suas necessidades em qualquer lugar. Aproximando-se dos trinta anos, Danillo vai ao banheiro sozinho e sabe que precisa ir ao banheiro para fazer suas necessidades. Mas, às vezes, quando demora muito, sua mãe entra no banheiro para ajudá-lo.

Neste recorte, além do cachorro, Danillo teme o peixe. É difícil saber se “peixe” se refere de forma concreta a um peixe que poderia mordê-lo, ou se trata-se de outra representação. Enquanto o cachorro oscila entre morder e não morder, o peixe sempre morde e sempre é disparador de medo. Além disso, temos a frase “Aperta o peixe”, que chama a atenção devido ao “apertar”, pois esta palavra relaciona-se ao que Danillo faz quando fica agressivo.

Por último, temos um recorte onde alguns elementos importantes da análise que fizemos nas últimas seções surgem em contiguidade: o significante “bateu”, a falta, os medos, a devoração, o “perta a mão” e o ato de desligar a luz.

O primo jogando bola
O primo não quer jogar
Bateu a bola, Dalilá
Te bateu, bateu lá na rua
Cadê o bichinho, o bicho
Gato, cachorro
O bichano
Gato, gatinho
Cachorro
O bicho, que medo
O bicho perta a mão, papão
O bicho vai te pegar
Olha o cachorro, tem medo
Cachorro morde, cachorro vai morder
Cachorro não morde, cachorro amiguinho, ele é bonzinho
Não chora
A luz pode desligar?
De noite que ela vem
Não chora, não quis brincar com as gurias

O significante “bateu” primeiro aparece relacionado à bola e, em seguida, a bater em alguém, na frase “Te bateu, bateu lá na rua”. “Bateu lá na rua” é uma sentença que vimos ser seguida por “Eu tô desesperada” e por “Cabô” em outra sessão. Nesta sessão, Danillo

pergunta, após essa frase, “Cadê o bichinho, o bicho”, o que também nos remete à ausência. Então, ele oscila entre gato e cachorro, em parte, porque eu havia perguntado que bicho era, e dado algumas sugestões. Mas, por fim, Danillo volta à denominação genérica, “o bicho”, e completa dizendo “que medo”. O bicho, para nossa surpresa, “perta a mão”, e é um bicho papão. Danillo afirma que “O bicho vai te pegar”.

Pegar, apertar e papar parecem ser palavras que circulam em seus enunciados com uma função semelhante. O bicho, ao mesmo tempo que perta a mão e papa, pega alguém. Vimos também que, no recorte em que “Bate com martelo” aparece, alguém “pegou a mão”. De toda forma, o medo de Danillo está sempre associado, no material que dispomos, a uma representação de devoração, seja pelo morder ou pelo papar. E tal representação surge, em dois momentos, articulada à dificuldade de controle dos esfíncteres. Essa dificuldade remete-nos à hipótese de que a constituição imaginária do corpo, na medida em que delimita a fronteira entre interno e externo e garante certo domínio das funções motoras, tem contornos frágeis. Dessa forma, a separação entre o eu e o Outro não está assegurada, podendo bascular de posições. Podemos supor que a agressividade de Danillo e a força com que ele agride o outro operam como tentativas de separação, dado a fragilidade dos contornos corporais. No momento em que a separação está ameaçada, podemos supor que a agressividade surge com mais força e com mais frequência.

Outro exemplo de contraposição entre uma posição frágil e uma resposta rígida é a exigência do cumprimento da regra de não ligar a luz elétrica quando é dia. Quando fora do ambiente familiar, Danillo tem dificuldade de flexibilizar aquilo que aprendeu em casa, o que faz com que seja necessário desligar as luzes da sala, mesmo que a professora lhe diga o contrário. A regra, nesse caso, é um imperativo que não pode ser contestado.

Para além dos esfíncteres, sabemos que o orifício oral é bastante importante para Danillo. Quando o relacionamos ao medo da devoração, assim como à hipótese de que as bordas corporais, no caso do paciente, têm um funcionamento que não demarca de forma mais estável um dentro e um fora, podemos pressupor que ele funciona na relação com o Outro passando da posição ativa para a posição passiva, de forma rápida e sem solução de continuidade. Nesse sentido, Danillo bascula do comer ao ser comido e do bater ao ser batido, nos moldes de uma relação transitivista. Essa balança na relação com o outro fica mais nítida nos momentos em que a agressividade surge. Dessa forma, podemos supor que a agressividade vem como uma tentativa de separação e de defesa contra a invasão do outro.

Lacan trabalha, no seminário sobre a relação de objeto, a temática da devoração, relacionando-a ao desejo da mãe. Da maneira como o psicanalista descreve o investimento materno no início da vida, a mãe é uma personagem insaciável, pronta para devorar o filho na forma de falo imaginário. Nas suas palavras,

O falo imaginário é o pivô de toda uma série de fatos que exigem seu postulado. É preciso estudar este labirinto onde o sujeito habitualmente se perde, e pode mesmo vir a ser devorado. O fio para se poder sair é dado pelo fato de que à mãe falta o falo, que é porque ele lhe falta que ela o deseja, e é apenas na medida em que alguma coisa lho proporcione que ela pode ser satisfeita. (Lacan, 1995/1956-1957, p. 194)

Essa disposição conceitual permite uma determinada interpretação para a fobia do Pequeno Hans, caso trabalhado pelo psicanalista no decorrer do seminário. Segundo Lacan, o objeto fóbico, na forma de um objeto devorador, faz uma suplência à função paterna, que, frente a uma mãe insaciável, interviria inscrevendo a falta e impedindo a completude entre o desejo da mãe e o filho tomado como falo imaginário. Entretanto, não podemos transpor a significação da devoração em um caso de fobia para o caso que trabalhamos aqui. Nesse sentido, uma análise do caso Schreber produzida por Madeira, Robert & Kupermann (2015) aponta para uma outra articulação com a temática da devoração. Tratando-se de uma psicose, os autores sugerem que Schreber frequentemente oscila entre a angústia de devoração e a de abandono, as quais “se articulam tanto nas imagens de um corpo entregue ao gozo do Outro quanto destituído desse gozo” (Madeira, Robert & Kupermann, 2015, p. 85). Dessa forma, a posição de falo imaginário de uma mãe insaciável não está em questão. Schreber é presa de uma ambivalência em que, quando está próximo a Deus, é controlado e comandado por ele, é objeto desse ser onipotente; entretanto, quando Deus se afasta, ocorrem fenômenos internos insuportáveis de dilaceramento do corpo. O ponto em comum de ambas interpretações da devoração é que ela se relaciona com a ausência de falta e com um Outro totalizante, o que podemos aproximar da temática da devoração no caso de Danillo.

A ausência de falta é geradora de angústia em ambos os casos, assim como podemos supor no caso de Danillo, pelas crises de agressividade do paciente. Em suas palavras “o bicho perta a mão, papão”. No momento em que ele segura, contém o outro, aperta suas mãos, podemos supor que esse ato confunde-se com ser contido ou segurado pelo outro, papado. Para o paciente, talvez a agressão, o perta a mão, seja uma forma de se proteger da devoração, que o aterroriza.

Após essa frase, Danillo fala do cachorro, que morde, mas que oscila entre o perigo e a inofensibilidade. Por último, temos uma referência ao desligar da luz, que nos remete à cena da escola, acompanhada por “De noite que ela vem” e “Não chora, não quis brincar com as gurias”. A imagem de algo ou alguém vindo à noite nos remete às fantasias assustadoras das crianças, que se preocupam com monstros escondidos debaixo da cama, esperando o adormecer para surgirem de seus esconderijos. Um desses monstros, não raro, é o bicho papão. Tais fantasias noturnas relacionam-se à fragilidade frente ao Outro acentuada pelo adormecimento. Dormir é colocar-se no possível perigo de estar à mercê do Outro. Nesse sentido, Danillo conclui a sessão falando ainda sobre seus medos e sobre a ameaça de ser devorado, de estar sujeito, ao Outro.

Perta a mão

Neste ponto, estamos chegando ao fim da análise dos significantes trazidos por Danillo nas sessões. Nosso último desafio é tentar interpretar o ato de Danillo em sua última sessão comigo. Para tanto, recorreremos a elementos das seções anteriores do trabalho, de forma que a análise do encadeamento de sua fala lance um novo olhar sobre as circunstâncias de seu ato, assim como sobre a função que ele pode ter tido naquele momento para o paciente. Apesar da utilização que Danillo faz do corpo nesse momento, podemos escutar seu gesto como um ato de fala que, como todo significante, só pode ser escutado a partir de uma rede de significantes. Tentamos traçar essa rede no decorrer da análise das sessões, entretanto, não podemos perder de vista o caráter ficcional da construção de um caso, exacerbado pelo efeito enigmático que a fala do paciente provoca naqueles que o escutam. Tivemos que recorrer a muitas suposições para compor essa construção de caso, as quais permanecem como suposições e assim seguirão até o fim deste escrito. O intuito deste esforço de leitura de alguns recortes da fala de Danillo é deixar algum rastro do atendimento e do que apostamos que Danillo tenha escolhido contar em seu transcurso.

Desta forma, prosseguimos para algumas considerações finais sobre o fragmento “perta a mão” e, então, para a análise do momento em que o apertar da mão é transformado em ato durante uma sessão. O fragmento “perta a mão” aparece apenas mais uma vez, quando Danillo fala de um vídeo estragado, e então diz “Totoro, oito anos, gorasinha, perta a mão, o menino”. Depois, temos mais duas referências à mão, além da cena do martelo. Em uma delas, Danillo fala “Abana pra ele. O nome dele. Dá a mão. Foi a mãe”. Danillo andava na rua

de mãos dadas com a mãe, então suponho que “Dá a mão” é algo que ele escuta bastante. Inclusive, assim que saíam do atendimento, para descer as escadas do prédio, a mãe segurava a mão de Danillo. Após ter falado sobre isso em supervisão e de saber que a mãe escutava atrás da porta do atendimento, sugeri para o paciente e para a mãe que ela esperasse no primeiro andar, de forma que eu pudesse circular com o paciente pela instituição. Ele não ia a lugar algum por iniciativa própria. Eu caminhava e ele me seguia. Contudo, em nenhum momento precisei segurar sua mão, já que estávamos dentro de um prédio fechado.

Em outra sessão, Danillo elenca uma série de sapatos diferentes, dizendo “Chinelo, sapatilha, o pé, tênis”. A essa sequência, seguem as frases “Pegou a mão. Eu quero”. Danillo tinha um interesse por sapatos. Em nossos primeiros atendimentos, após ir algumas semanas usando um sapato fechado, fui de sapatilha. O paciente ficou bastante tempo vidrado nos meus pés e, por vezes, fazia um gesto de aproximar as mãos deles. Quando iniciava esse movimento, eu dizia “Não, Danillo” e ele parava. Em algum momento, tirei a sapatilha e dei para ele olhar, mas segurá-la nas mãos não pareceu fazer muita diferença. Depois de minutos em que o paciente só fazia olhar para os meus pés, decidi chamar a mãe. Com ela dentro da sala, ele não tentou mais tocar neles, mas seguiu vidrado.

O atendimento pode ser dividido em dois semestres, com um intervalo entre eles, devido às férias na instituição. No primeiro semestre, Danillo vinha regularmente, por vezes com atrasos ou faltas por motivos de saúde. Foi neste período que propus que o pagamento fosse feito através de uma produção sua em sessão, algo que não havia acontecido nos atendimentos anteriores. Também foi neste período que sugeri que a mãe esperasse em outro andar, algo que não sei se já havia sido feito antes. Na última sessão antes das férias, a mãe de Danillo pede para falar comigo no corredor dizendo algo sobre a função do atendimento - que talvez não tivesse função. Marcamos um horário.

Nesta conversa, ela retoma uma pergunta que fiz na primeira vez que nos encontramos, sobre qual ela achava que era a função do atendimento para ele. Na época, ela havia respondido que ele gostava de vir. Após cerca de seis meses, ela diz que acha que eu fiz esta pergunta por ter percebido que o atendimento não tinha função e que Danillo não tinha mais jeito. Respondo que o atendimento tem uma função para ele, que ele vinha falando em sessão e que, como eu poderia seguir com o paciente no ano seguinte, seria uma pena se ele interrompesse o atendimento. Combinamos de seguir.

No segundo semestre, Danillo falta durante um mês e vem no mês seguinte, intercalando mês a mês. A mãe relata diversas crises de agressividade e um período de ajuste

da medicação, sem resultados. Ele passa a ter um turno reduzido na escola. Segundo ela, eles não vêm ao atendimento devido a esses episódios. Ele segue indo na escola e no psiquiatra, cujo endereço é ao lado da instituição de atendimento psicológico. O pai tem um período de doença e há uma greve dos transportes que os impedem de vir. Quando eles vêm, a mãe havia esquecido, ou simplesmente deixado de lado, a combinação de que deveria esperar no primeiro andar. Levando essa situação para supervisão, a supervisora levanta uma hipótese de que a agressividade pode ser decorrente da interferência da mãe no espaço de atendimento. Ela aponta que, após minha conversa com a mãe, não falei sobre o que conversamos com Danillo e que aquilo que falo com a mãe deve sempre passar pelo paciente. Anteriormente, eu nunca havia comentado com ele o que conversava com a mãe.

Após cinco meses alternando presenças e faltas, e logo depois de um mês de ausência, eles comparecem e a mãe me entrega, antes de eu entrar na sala com Danillo, um envelope com pareceres da escola. Pensando na indicação da supervisão, pergunto para o paciente se ele gostaria que eu lesse os pareceres. Ele responde “Pode ler”. Leio o primeiro deles, um relato de seu primeiro semestre escolar, que falava de suas atividades em sala e de efeitos adversos da medicação notados pelas professoras. Danillo fica escutando. Após terminar, pergunto se ele quer que eu leia o segundo parecer, de um grupo de psicologia frequentado por ele. Ele responde “Eu qué”. Inicio a leitura, cujo primeiro parágrafo descrevia o funcionamento do grupo. No meio da leitura do primeiro parágrafo, Danillo diz “Não quero” enquanto se levanta rapidamente e vai em direção às minhas mãos. Interrompo a leitura e largo o papel em cima de uma mesa, dizendo que tudo bem, não vamos mais ler. Então digo algo como “Tu me assustou”. Danillo vem para cima de mim de novo, segurando meus braços e minhas mãos e me sacudindo. Deste ponto em diante, não lembro o que foi dito. Não sei se ele falou algo enquanto me sacudia. Sei que levantei da cadeira e ele me empurrou em direção à parede ao lado da porta. Acho que pedi que ele parasse e que pedi ajuda. Senti uma dor forte numa das mãos. Sua mãe tentou abrir a porta e não conseguiu, pois estava trancada. Antes de iniciar as sessões, Danillo sempre trancava a porta. Consegui liberar um braço para abrir o trinco. A mãe entrou e tirou ele de cima de mim.

Deixei-os sozinhos na sala. A mãe lhe deu um Rivotril e veio para o lado de fora, fechando Danillo lá dentro e segurando a porta enquanto o filho tentava abri-la. Fui chamar alguém para me ajudar. Entretanto, na atribulação do momento, ao pedir ajuda, não consegui explicar a situação. Sem ter explicado o que estava acontecendo, a ajuda não veio, apesar de ter sido requisitada. Acabo retornando sozinha para falar com o paciente. Nesse momento, ele

estava no interior da sala, sua mãe no batente da porta e eu do lado de fora. Expliquei que ele havia machucado a minha mão e que o atendimento tinha acabado naquele dia. Sua mãe foi em direção aos papéis em cima da mesa. Danillo se agitou novamente, dizendo “Não, mamãe” e vindo na minha direção. Disse que não iríamos pegar as folhas e expliquei que aquilo era o que tinha lhe deixado bravo. Depois disso, deixei-os ali, pedi que alguns colegas recolhessem os materiais depois que o paciente fosse embora, e fui a um médico, onde descobri que um de meus dedos estava quebrado.

Na semana seguinte, conversei com a mãe e ela contou que Danillo tinha passado a semana inteira dizendo “machucou a mão”. Houve um momento de trabalho institucional com o caso, onde se apontou que eu poderia decidir se seguiria ou não com o atendimento. Após algumas semanas de ponderação, decidi não seguir com o caso, pois o modo como o meu corpo se presentificou na sessão suspendeu as condições de possibilidade para assumir uma posição de escuta analítica. Um espaço mediado e sustentado pela palavra havia sido atravessado pelo corpo de forma muito radical.

O paciente ficou em lista de espera durante um pouco mais de seis meses e, então, voltou a ser atendido, mas por outro terapeuta. O processo de recuperar histórias de seus atendimentos anteriores, assim como a análise do material apresentado aqui, ocorreu durante a escrita deste trabalho. Com esse desenvolvimento, alguns pontos se destacam na cena de agressão e nos permitem formular várias hipóteses sobre o que pode ter gerado esta reação em Danillo. Contudo, naquele momento, não pude antecipar as consequências. Os pontos que se destacam são: 1) a incidência da escola no espaço de atendimento através dos pareceres, pensando a escola a partir de “Titia apagou a luz”; 2) o medo anunciado por mim, o qual desencadeia de forma definitiva a agressão, associado à temática da devoração e da invasão do Outro; 3) a forma como, após o acontecimento, eu o definia: “um paciente me bateu”, ao invés de segurou, sacudiu ou até agrediu, a qual relaciona-se ao significante “bateu”.

Retomemos, mais detidamente, esses elementos para tecê-los em uma construção que permita dar contornos à irrupção de ato. Em primeiro lugar, a escola, da forma como é contada por Danillo, frequentemente é um lugar de conflito. Nem sempre ele é o agressor, por vezes, outros colegas se agredem, ou ele é, talvez indiretamente, agredido. De toda forma, a agressividade está muito presente em um ambiente onde a convivência com os pares se dá ao lado de uma série de regras distintas daquelas do ambiente familiar. Como vimos anteriormente, as restrições, assim como assunção da ausência, precisam ser repetidas

constantemente, o que aponta para a fragilidade de sua inscrição e para a conseqüente rigidez do paciente.

Neste sentido, em função das regras e da necessidade de convivência com os pares, podemos pensar que a escola configura-se como um lugar violento para a subjetividade. A cena em que Danillo é deixado sozinho no escuro devido à sua inadequação, recontada pelo paciente, aponta para um descompasso entre Danillo e o ambiente escolar. É um local onde ocorrem várias crises de agressividade. Inclusive, o segundo parecer, do grupo de psicologia que Danillo frequentava, descrevia, nos parágrafos que não tive a chance de ler, alguns episódios em que Danillo segurou e empurrou pessoas dentro da escola. Ele atuou, em sessão, aquilo que era descrito nos parágrafos seguintes.

Outro ponto importante é que, quando pergunto se ele gostaria que eu lesse os pareceres, se eu poderia lê-los, primeiramente Danillo responde “Pode ler”. Ele não ecoa minha frase, utilizando a primeira pessoa do singular, mas, sim, conjuga o verbo na segunda pessoa do singular, segundo o uso coloquial. Quando pergunto novamente, em relação ao segundo parecer, se ele quer que eu leia, Danillo responde “Eu qué”. Surge a primeira pessoa singular, acompanhada do verbo conjugado na segunda pessoa do singular. Mais adiante, afirma “Não quero” enquanto se levanta da cadeira, conjugando o verbo na primeira pessoa do singular. Dessas ocorrências, podemos pensar que o tema da escola e das agressões, descritas no parecer, mobilizam no paciente algum elemento que agencia o surgimento de uma posição de sujeito.

Neste ponto, é importante colocar algumas perguntas. Antes, tínhamos formulado a hipótese de que a perda agenciava o surgimento desta posição. Em alguns momentos, a perda, enquanto fim, se relaciona à agressão. Em outros, pensamos que a agressão pode ser uma forma de defesa contra a invasão do Outro, uma tentativa de separação. De que forma a perda poderia estar relacionada à escola? De que forma a escola poderia provocar uma invasão em Danillo? Uma hipótese é que o ambiente escolar, com suas restrições, convoca Danillo no lugar de alteridade. É um local mediado por uma série de pactos, desde o tempo que se deve ficar em sala de aula, até quais atividades serão realizadas naquele dia, até como devemos interagir com os colegas. Conviver nesse espaço convoca uma forma de relação distinta daquela restrita ao eixo imaginário, onde semelhante e rival convergem em uma mesma figura. Podemos supor que esse lugar de alteridade, no sentido de que o remete a uma relação com o Outro, distinto do semelhante e reconhecido enquanto sujeito, ao mesmo tempo em que

marca uma falta e permite o surgimento de uma posição de sujeito na fala, invade-o e mobiliza a agressão.

Em segundo lugar, analisamos como a temática do medo está relacionada à devoração. Danillo se aterroriza frente à ameaça de engolimento pelo Outro. Considerando as hipóteses sobre a fragilidade da borda corporal e o transativismo imaginário, a possibilidade de ser devorado pelo Outro, de confundir-se com ele, é bastante presente. Sem estar atenta a esses elementos, e sem pensar nas possíveis consequências da frase, afirmo “Tu me assustou”. Se consideramos que Danillo passa da posição ativa para a posição passiva muito rapidamente, e sem solução de continuidade, podemos pensar que, no momento em que falo do medo evocado em mim pelo paciente, ocorre uma passagem em que já não se sabe quem é o assustado e o assustador, quem é o devorado e quem é o devorador. Podemos supor que segurar-se e me segurar são ações praticamente indistinguíveis. Se existe medo, alguém precisa ser contido, esse alguém se torna o outro. Danillo precisa apertar as mãos do bicho papão, antes que o bicho aperte as suas e o devore.

Isso ocorre mesmo quando aquele que está bravo é Danillo, como quando pergunto se ele está bravo com o pai ou com alguma coisa e ele responde “com alguma coisa”. O pai precisa ser segurado, ser batido, mesmo se Danillo não está bravo com ele. Sua mãe também conta que, quando ele está bravo, ela o coloca dentro do banheiro. E, algumas vezes, ela pergunta se ele quer ir para o banheiro e ele vai, sem ser conduzido. Isso pode nos apontar que conter o outro, em algumas situações, talvez seja indicativo da necessidade de conter-se.

Por último, temos o fato curioso de que, logo após o acontecimento da agressão, eu dizia para as pessoas, quando contava o ocorrido, que “um paciente me bateu”. Poderia ter escolhido outras palavras, mas o significante que surge é justamente esse, que tanto aparecia nas produções do paciente. Vimos como esse significante se relaciona à falta e ao sofrimento, na sequência bateu-desesperada-cabô-bola. Também vimos como ele aparece naquilo que Danillo conta sobre a escola e, de certa forma, na descrição do parecer que ele não me deixou terminar de ler. “Bateu”, em “Bate com o martelo”, se relaciona metonimicamente à mão, o que nos leva às sentenças “pegou a mão” e “perta a mão”. Podemos pensar que o bater é uma forma de resposta ao que pode ser percebido como uma invasão do Outro, como uma possibilidade de ser devorado pelo Outro.

Como afirmamos no início desta seção, apesar de sua utilização do corpo, seu ato é um ato de fala e, como todo significante, só pode ser escutado a partir de uma rede de significantes. Recortando algumas falas de Danillo e fazendo suposições a partir delas,

construímos uma rede de significantes, que permite dar um determinado sentido ao seu ato. Porém, não é o único sentido possível e, se tivéssemos recortado outros trechos de seu discurso, talvez outros significados surgissem dessa construção. Realizamos um ato de leitura e de interpretação visando à construção de uma história e de um sentido, pois recolhemos, do caso de Danillo, um efeito de apagamento e de ausência de história e de registro.

Essa construção pode ser aproximada a uma direção de tratamento no caso de Danillo. Da forma como o seu discurso se apresenta, em fragmentos, recorreremos à suposição de sujeito para apostar que sua fala porta uma mensagem; e à suposição de sentido para construir uma hipótese sobre o que sua fala pode estar transmitindo como mensagem. É um trabalho muito distinto da escuta de um sujeito neurótico, ou de um sujeito psicótico delirante. Apesar disso, acreditamos que a posição de escuta nestes diferentes enquadres permanece a mesma: uma posição que acolhe as manifestações do sujeito e, dessa forma, é capaz de acolher o que aparentemente não tem sentido e de escutar, ali, uma verdade.

Anteriormente, questionei qual pode ser a função da suposição de sujeito e da suposição de sentido na idade adulta, quando a estruturação a princípio já encontrou seu ponto de estabilização. Em outras palavras, perguntava: qual pode ser a função da escuta para este sujeito? Acredito que essa pergunta não tem uma resposta única. No caso de Danillo, talvez a leitura deste trabalho tenha concedido alguns elementos para fazer a pergunta trabalhar. Entretanto, ela permanece em aberto. Em parte, esse caráter de abertura tem raízes naquilo mesmo que ela questiona. É uma indagação que, em qualquer caso, deve ser sempre recolocada, de forma que não tomemos a escuta, em seus diferentes contornos, como indispensável ou inquestionável, afastando o medo de perguntar: o que, afinal, estamos fazendo quando escutamos um sujeito?

6

Conclusão.

Iniciei este trabalho lhe contando que partia de um embaraço, de algo que não deu certo. Fizemos um longo percurso para retornar ao mesmo ponto. Retornamos de forma diferente. Mas não se engane: ainda é um embaraço. O intuito desse percurso não foi transformar o erro em acerto. Ainda é algo que não deu certo, podemos também dizer: um fracasso.

Recolhemos alguns efeitos desse percurso. Um deles é que, em meio à ausência de registro, Danillo quebrou um dedo e deixou uma marca. Esta marca fez com que eu fosse buscar uma história. Juntos, eu e você encontramos e construímos alguma. Não sei se aquela que ele gostaria de contar, se é que ele gostaria de contar alguma história. Com o que construímos, fizemos rastro do apagamento. Assim como buscamos fazer cicatriz da fratura.

Esse movimento de construção de uma história está alicerçado em uma proposição de escuta ética do sujeito, o que implica uma escuta e uma direção de tratamento diferentes para cada um. Retomando o que embasou a escuta de Freud e a de Lacan, ambas calcadas em uma distinção entre saber consciente e verdade inconsciente, entre aquilo que se compreende e aquilo que advém como efeito da fala, traçamos uma direção de tratamento, para esse caso, que tem na suposição de sujeito sua maior ferramenta, e na suposição de sentido seu complemento por vezes necessário. Esses recursos possibilitaram uma determinada interpretação do material, que nos permitiu escutar o paciente de uma forma diferente, a partir da consideração de temas como a escola, a sua relação com o Outro, a inscrição da ausência, a (de)negação, a devoração, o transitivismo e a agressividade segundo a tópica do imaginário.

Também construímos, a partir de uma história contada por Danillo, um possível mito, cuja estrutura se repete na história do paciente. A interpretação dessa história, da forma como foi realizada, só foi possível a partir da escuta de outros terapeutas que o atenderam. Esse apanhado nos indicou uma repetição transferencial relativa à ausência, assim como a importância do olhar e do orgânico nos primeiros anos de vida do paciente.

Nosso intuito foi fazer um exercício de ficcionalização. Jogamos uma isca de falsidade tentando pescar uma carpa de verdade. Não sei se conseguimos, mas produzimos, com esse exercício, uma história, de forma que algum registro se constitua.

Após esse percurso, as perguntas do início continuam ecoando na última página. Nesse sentido, nada melhor do que finalizar com algo que não termina. Então pergunto mais uma

vez: o que se faz com um acidente clínico? O que se faz com um dedo quebrado? À qual exposição a piada da terra de esqueletos remetia, que fazia um grupo de terapeutas rir?

Qual exposição está em jogo na clínica?

Referências

- Allouch, J. (1995). *Letra a letra: transcrever, traduzir, transliterar*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico.
- Dantas, T. S. & Moschen, S. Z. (2019). Escrita, vestígio e ausência em A amiga genial de Elena Ferrante. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 19, n. 2, p. 1 - 14.
- Freud, S. (2011a). A negação. In: *O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925)*. São Paulo: Companhia das Letras. (Obra originalmente publicada em 1925).
- Freud, S. (2011b). A perda da realidade na neurose e na psicose. In: *O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925)*. São Paulo: Companhia das Letras. (Obra originalmente publicada em 1924).
- Freud, S. (2018). Construções na análise. In: *Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1911-1913)*. São Paulo: Companhia das Letras. (Obra originalmente publicada em 1937).
- Freud, S. (2011c). Nota sobre o "Bloco Mágico". In: *O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925)*. São Paulo: Companhia das Letras. (Obra originalmente publicada em 1925).
- Freud, S. (2010a). O Início do Tratamento. In: *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: ("O caso Schreber"): artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)*. São Paulo: Companhia das Letras,. (Obra originalmente publicada em 1913).
- Freud, S. (2010b). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In: *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: ("O caso Schreber"): artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)*. São Paulo: Companhia das Letras. (Obra originalmente publicada em 1912).
- Galeano, E. (1991). *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM.
- Iannini, G. (2012). *Estilo e verdade em Jacques Lacan*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Kehl, M. R. (2001). Minha vida daria um romance. In: BARTUCCI, G. (Org.). *Psicanálise, literatura e estéticas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Imago.
- Kehl, M. R. (2002). *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Jerusalinsky, J. (2009). *A criação da criança: letra e gozo nos primórdios do psiquismo*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Lacan, J. (1998a). A agressividade em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra originalmente publicada em 1948).
- Lacan, J. (1998b). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra originalmente publicada em 1961).

- Lacan, J. (2008). *O mito individual do neurótico, ou, A poesia e verdade na neurose*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra originalmente publicada em 1952).
- Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra originalmente publicada em 1953-1954).
- Lacan, J. (2010). *Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra originalmente publicada em 1954-1955).
- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 3: as psicoses*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra originalmente publicada em 1955-1956).
- Lacan, J. (1995). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra originalmente publicada em 1956-1957).
- Lacan, J. (1999) *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra originalmente publicada em 1957-1958).
- Lacan, J. (2008). *Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra originalmente publicada em 1964).
- Laznik-Penot, M. (1997). *Rumo à palavra: três crianças autistas em psicanálise*. São Paulo: Editora Escuta.
- Lévi-Strauss, C. (2017a) A eficácia simbólica. In: *Antropologia estrutural: Claude Lévi-Strauss*. São Paulo: Ubu Editora. (Obra originalmente publicada em 1949).
- Lévi-Strauss, C. (2017b) A estrutura dos mitos. In: *Antropologia estrutural: Claude Lévi-Strauss*. São Paulo: Ubu Editora. (Obra originalmente publicada em 1955).
- Madeira, M. L. & Moschen, S. (2017). “Tu não vais me faltar”: tessituras entre fantasma e (de)negação nas psicoses. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 396 - 404.
- Madeira, M., Robert, P. P. & Kupermann, D. (2015). Subjetivação do corpo: entre devoração e abandono. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 67, n. 2, p. 75-90.
- Neves, T. I. & Santos, A. S. A direção da cura na clínica lacaniana das psicoses. *Contextos Clínicos*, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 257 - 267, 2017.
- Safatle, V. (2017). *Introdução a Jacques Lacan*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- SALINGER, J. D. (2011). *Carpinteiros, levantem bem alto a cumeeira; & Seymour: uma apresentação*. Porto Alegre: L&PM. (Obra originalmente publicada em 1919).